



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS:

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se no Cineteatro Camacho Costa, em Odemira a sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Rita do Carmo Fortunata Albino Freitas Costa, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Tânia Patrícia Pacheco dos Santos (Primeira Secretária) e pelo Senhor Joel Filipe da Silva Bernardino (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo vigésimo segundo do Regimento deste Órgão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Ponto um: Apreciação e aprovação das Atas:

a) da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de dezembro de 2025;

b) da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 12 de janeiro de 2026;

Ponto dois: Apreciação de Expediente.

Ponto três: Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto um: 2ª Alteração Orçamental 2026: apreciação e deliberação.

Ponto dois: Gestão dos Recursos Humanos em função do Mapa de Pessoal – Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026: apreciação e deliberação.

Ponto três: Abertura de Concurso Público para Concessão e Exploração da Antiga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Moagem de Sabóia – Edifício A4: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto quatro:** Protocolo de Colaboração a celebrar com a Junta de Freguesia de Bicos para fornecimento de refeições à Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico de Bicos – Refeições Escolares 2025/2026: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto cinco:** Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Odemira: Aprovação Definitiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto seis:** 4ª Adenda ao Anexo do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Odemira e a Associação Humanitária D. Ana Pacheco para acompanhamento dos Beneficiários de Rendimentos Social de Inserção: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto sete:** Protocolo de Colaboração do Projeto Cui(DAR)+: Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal do concelho de Odemira: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto oito:** Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a Aprodoc – Associação pelo Documentário para a Realização do Doc’s Kingdom – Seminário Internacional de Cinema Documental e programação continuada 2026-2029: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto nove:** Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a Caco – Associação de Artesãos do concelho de Odemira, para Valorização do “Saber Fazer”: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto dez:** Protocolo de Colaboração para o Empoderamento Juvenil do Concelho de Odemira 2026-2029: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto onze:** Programa Odemira Criativa – Eixo II – Medida 5 – Parcerias Culturais: Lista Definitiva 2026/2027: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto doze:** Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Odemira: Mandato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

2025-2029: aprovação e deliberação. -----

----- **Ponto treze:** Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: apreciação. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

----- Compareceram a esta Sessão trinta e quatro Membros, a saber: Ana Catarina de Figueiredo Barata, Arménio Guerreiro Simão, Cláudia Patrícia do Rosário Loução, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel de Campos Nobre, Fernando André Alves da Silva, Fernando José Romão da Silva Valério, Francisco Manuel Silva Martins, Gonçalo Lourenço Palhinhas, Hugo Manuel Cerejo Felgueiras Mendonça, Humberto Manuel Guerreiro Mendes, Inês Filipa Lebres Hilário, Inês Sofia Sobral da Palma, Jaime Manuel Afonso Gonçalves, João Pedro Guerreiro Costa Vilhena, João Pedro Vilhena Mira, Joel Filipe da Silva Bernardino, Manuel de Jesus Campos, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel Jorge Teles Nunes Lopes, Margarida Percheiro Viana Joaquim, Maria Teresa Barreiros da Costa Campos Gaspar, Maria Teresa Marques da Silva Nabais, Miguel Forte Prista Monteiro, Nuno Góis da Costa Nogueira, Pedro Alexandre Rodrigues Teixeira, Ricardo Jorge Ruas Cesário, Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa, Sandra Leonor de Oliveira Duarte, Sónia Maria da Costa José Domingos, Tânia Alexandra Rodrigues Coelho, Tânia Patrícia Pacheco dos Santos, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, e Vera Lúcia Montes Raposo. -----

----- E não esteve presente na referida sessão: Vera Paula Fino Rosa Santos. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas: -----

----- - à Senhora Tânia Alexandra Rodrigues Coelho que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir o Senhor Rui Miguel Martins Dias, eleito pelo Partido CHEGA; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- - ao Senhor Humberto Manuel Guerreiro Mandes, Secretário da Junta de Freguesia de Sabóia, que se encontrava a substituir o Senhor Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Presidente daquela Junta de Freguesia; -----

-----Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e dez minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Hélder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Raquel Alexandra Lourenço Vicente e Silva e Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Luís Carlos Lima Cardoso, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária; Manuel José Cardoso Matias, Vereador eleito pelo Partido CHEGA e Ana Isabel Lopes Guerreiro Cortes, Vereadora eleita pela AD – Coligação PSD/CDS-PP. -----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores: -----

----- - verificou-se que não se registaram faltas injustificadas sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco; --- -----

----- verificou-se que se registaram as seguintes faltas injustificadas na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia doze de janeiro do corrente ano: Fernando André Alves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos; Inês Sofia Sobral da Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago; Margarida Percheiro Viana Joaquim, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria; Maria Teresa Marques da Silva Nabais; Nuno Góis da Costa Nogueira; Ricardo Jorge Ruas Cesário, e Vera Lúcia Montes Raposo. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

-----Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções do(a)s seguintes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

municípios: -----

----- 1. Alexandre Coutinho, residente no Monte da Estrada, que fez a seguinte intervenção: “Venho aqui falar-vos de um tema que também me trouxe aqui há cerca de seis meses, sobre o caminho que liga duas aldeias, Monte da Estrada e Ribeira do Seissal. -----

----- Quando vim há seis meses, foi precisamente antes do lançamento de uma petição para que fossem feitos melhoramentos urgentes nesse mesmo caminho, que é um caminho vicinal, o CVR32. Essa petição fechou com um total de quinhentas e sessenta e uma assinaturas e foi entregue ao Senhor Vereador Pedro Ramos em julho, que nos recebeu, e tivemos uma conversa muito profícua, que resultou numa visita, depois, em setembro, do Senhor Vereador, acompanhado por dois engenheiros da Câmara Municipal de Odemira, que eu tive também a ocasião de acompanhar, para assinalar os pontos críticos ao longo do caminho. -----

----- Depois, ficou o assunto de passar para uma reunião que o Senhor Vereador iria promover com os dois presidentes de Junta à data, da Junta de Freguesia de Relíquias e da Junta de Freguesia de Colos. Havia uma promessa de que o caminho seria melhorado antes das chuvas. Portanto, estávamos em setembro. O que é certo é que não sei, pelo meio, houve eleições autárquicas e houve também mudança dos presidentes das duas juntas de freguesia. Nada foi feito. Imaginem o resultado depois das chuvas e das intempéries que, temos de concordar, foram absolutamente extraordinárias, fora do normal, com uma pluviosidade muito superior à registada no inverno anterior. Por isso, renovo o convite ao Executivo Camarário e, já agora, também aos Senhores Deputados Municipais para percorrerem esse caminho. Mas atenção, só poderão percorrê-lo praticamente até metade, porque ele está absolutamente intransitável a partir de um determinado momento, em que só passam, neste momento, pessoas a pé, de bicicleta, tentando passar as ravinas, ou de trator. -----

----- Há vários trechos desse caminho que demonstram bem que, quando as valetas são bem feitas, a água corre e não danifica o caminho e, quando não há valetas, a água rasga o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

caminho e torna-o intransitável. -----

-----Cabe aqui também agradecer aos novos presidentes das juntas de freguesia. À senhora presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, que respondeu prontamente em menos de vinte e quatro horas, enviando uma equipa para tapar um dos buracos que tornaria, por exemplo, o lugar da Figueirinha isolado. Também agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que nos recebeu no próprio dia em que nós telefonámos, para mostrar, por fotografias, o estado em que se encontra a parte deste caminho respeitante à freguesia de Colos. -----

-----Eu reconheço que há critérios que têm de ser seguidos. Estes critérios já foram fixados há longo tempo para o arranjo destes caminhos vicinais: antes de mais, montes, por exemplo, isolados ou locais isolados onde existam crianças para a carrinha as ir buscar para a escola; montes onde existam pessoas idosas que possam necessitar de cuidados médicos, de ir ao centro de saúde; e, como terceiro critério, locais onde existam empresas, postos de trabalho que têm de estar, obviamente, acessíveis a clientes e é o caso do espaço rural da Figueirinha Ecoturismo, do qual eu sou um dos sócios-gerentes. -----

-----Eu gostaria de contar com a colaboração da Câmara Municipal de Odemira para dar uma ajuda às Juntas de Freguesia. Manifestamente, às Juntas de Freguesia que não têm orçamento nem meios para atender à reparação dos caminhos vicinais, que são imensos, e até admito que haja caminhos em pior estado do que este. -----

-----Nós, do nosso lado, os habitantes, temos unido esforços para conseguir colmatar algumas brechas na estrada e alguns buracos e, pelo menos, tornar acessível às pessoas do Monte da Estrada à Figueirinha. No entanto, estamos aqui só a falar de dois quilómetros ponto oito. Na Figueirinha, neste momento, residem em permanência nove pessoas, além, obviamente, das pessoas que nos visitam e que ficam no turismo rural, onde trabalham em permanência três pessoas também. -----

-----De modo que, finalizando, deixo aqui um repto: se não houver verba, se não houver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

homens, se não houver máquinas para arranjar o caminho todo até à Ribeira do Seissal, para voltar a ligar as duas aldeias, pelo menos que se arranje o caminho até ao lugar da Figueirinha. São dois quilómetros ponto oito. Em alternativa, pode-se deixar o resto do caminho ao abandono da natureza. Talvez a natureza queira retomar os seus direitos e passamos a ter um novo rio junto à Senhora das Neves.” -----

----- 2. Ana Pereira, residente em Sabóia, que disse o seguinte: “O que me traz aqui é uma Associação que está sediada na nossa freguesia, em Sabóia, há cerca de três anos, que é a Associação Provisória, e que realiza um evento por ano, com a duração de cinco dias. A Câmara Municipal cedeu-lhe, generosamente, uma casa e uma verba para a realização de melhorias nas infraestruturas. Pretendemos saber quais foram as melhorias e os investimentos efetuados até à presente data, uma vez que não foi perceptível verificar qualquer investimento ou melhoria nas infraestruturas por parte dessa associação. -----

----- Caso exista um contrato entre a Câmara Municipal e a Associação, que contrapartidas foram definidas? Que tipo de fiscalização tem sido efetuada e qual é a avaliação feita pelo município relativamente ao impacto destes eventos na comunidade local? Falando pela comunidade local, por exemplo, os cartazes afixados pela associação, com o lema “Tudo por nada e nada por tudo”, não são esclarecedores, não espelham o real propósito da iniciativa nem qual é o seu contributo para a freguesia. -----

----- A Junta de Freguesia disponibiliza, normalmente, o pavilhão multiusos, do qual fazem uma utilização muito inadequada. No decorrer dos eventos passados, já foram registadas situações de conflito e desacatos com a população, assim como ruído excessivo noturno, situações essas já registadas pela GNR. Não sei se a Câmara passou a essa Associação as respetivas licenças de ruído. -----

----- O ponto mais preocupante, e para o qual peço a vossa especial atenção, é que, no decorrer desses eventos, nas nossas ruas, existe a perceção pública do consumo de álcool e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

outras substâncias por parte desse grupo, o que gera preocupação acrescida, sobretudo atendendo à realidade atual do nosso concelho e ao facto de existir na freguesia um Agrupamento de Escolas com crianças até ao nono ano. -----

-----Acredito que o desenvolvimento cultural da freguesia e do concelho é fundamental, no entanto, o mesmo deverá ser pautado pela responsabilidade cívica, algo que esta Associação não demonstra, pelo respeito pela população, que também não evidencia, e pelo cumprimento das normas legais em vigor, que igualmente não espelha. Este não parece ser o foco desta Associação, muito pelo contrário, até à data, esta Associação não acrescentou nada à freguesia e, o pouco que acrescentou, é negativo!”-----

----- 3. José Carvalho, residente em Albufeira, que fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui é um problema que se está a verificar em Vila Nova de Milfontes. Eu represento uma associação de um terreno que está próximo dos Alagoachos, ao lado da Quinta da Boavista. São, sensivelmente, três hectares e meio de terreno onde comprámos lotes; aquilo foi fracionado, e o nosso lote é o 77 K.-----

-----O que acontece é que, neste momento, já existem lá construções ilegais. Depois de termos comprado o terreno, em dois mil e dois, há sensivelmente vinte e quatro anos, formámos esta associação em dois mil e seis, tendo, portanto, cerca de vinte anos. Somos quarenta coproprietários do terreno e, neste momento, está a verificar-se a existência de construções ilegais. Já houve três construções ilegais após a compra do terreno e, neste momento, há mais uma, que é uma casa móvel.-----

-----Foi apresentada uma queixa nesta Câmara no dia dezanove de fevereiro, já foi apresentada uma queixa na GNR e já está instalada uma casa móvel, prevendo-se que venham a ser instaladas mais, pois tudo indica que aquilo se poderá transformar num “bairro de lata”. Julgo que não é do interesse da Câmara ter, à entrada da vila, construções ilegais, considero, inclusive, que poderá tratar-se de um caso de saúde pública. Trata-se de lotes de trezentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

metros quadrados, onde existe uma fossa e um poço, supostamente para abastecimento de água, uma vez que não há água canalizada. As pessoas estão a utilizar, possivelmente, água de poço, estando ao lado a fossa.-----

----- Relativamente às três casas, sei que têm processos em tribunal e que já foram instaurados processos. No entanto, eu próprio assisti, em dois mil e nove, a uma construção que foi realizada de forma muito rápida. Tenho fotografias dessa casa e acompanhei a situação. A pergunta que deixo é: o que fez a Câmara para evitar que situações deste tipo acontecessem? ---

----- Até agora, passados dezassete anos, parece que o crime compensa. No nosso entendimento, quem construiu aquela casa já retirou dividendos. Mesmo que venha agora a existir uma ordem de demolição por parte do tribunal, todos sabemos que a justiça em Portugal é lenta, e isso leva a crer que o crime compensa. Relativamente à casa mais recente, será instaurado um processo que, possivelmente, demorará mais dezassete anos, nesse período, o investimento já estará pago. -----

----- Se é esse o entendimento da Câmara, então que nos seja dito, porque nós, os quarenta coproprietários, poderemos igualmente transformar aquilo em habitação à nossa maneira. No entanto, é necessário colocar um travão imediato. Já vejo lá barracas, antenas de televisão e outras situações que, futuramente, a Câmara terá de resolver. -----

----- Sei que a zona está integrada na unidade nove que abrange a Quinta da Boavista, a área da GALP e outros lotes de terreno. No entanto, é urgente travar esta situação, tanto por parte dos proprietários como da Câmara, de forma a que seja possível uma intervenção organizada. Existe uma grande pressão para construir e julgo que é do interesse da Câmara haver uma construção ordenada, haver licenças e municipais. Não sei se existe alguma rivalidade entre Odemira e Vila Nova de Milfontes, mas a verdade é que há um fenómeno global de deslocação de pessoas do interior para o litoral, o que aumenta a pressão urbanística. Essa pressão será particularmente sentida em Vila Nova de Milfontes. Sei que, no Almogrove,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

o desenvolvimento tem sido mais ordenado, em Vila Nova de Milfontes, não vejo isso! -----

-----Conheço Vila Nova de Milfontes há cerca de quarenta anos e sei que os Alagoachos, pelo que me disseram, foi construído assim “de empurrão”, tendo posteriormente sido uma parte integrada e alvo de um projeto. Ali, julgo que aquele projeto tem que acontecer, porque há limitações também do Parque Natural e que não há muita zona mais por onde construir em Vila Nova de Milfontes. -----

-----Então deixava esta pergunta ao Executivo e, desde já, informo que a nossa Associação esteve adormecida uns anos, mas nós vamos estar presentes e, em tudo o que sejam eventos abertos ao público, eu, enquanto Presidente, ou a Direção, porque quem não aparece esquece-se, e nós vamos estar mais presentes neste sentido, porque queremos mesmo isto resolvido.” ----

----- 4. Olga Viana, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas São Teotónio “Sorrisos”, fez a seguinte intervenção: “A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de São Teotónio vem, por este meio, reforçar publicamente a sua profunda preocupação relativamente ao estado de degradação das infraestruturas escolares da freguesia, em particular do Pavilhão Desportivo e da Escola Sede do Agrupamento. -----

-----Relativamente ao Pavilhão Desportivo de São Teotónio e à escola Sede do Agrupamento, é do nosso conhecimento que o Município pretende integrar a requalificação deste equipamento numa candidatura a financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI). Reconhecemos a impotência de uma solução estruturante e de longo prazo, contudo, a gravidade da situação atual, marcada por infiltrações constantes, degradação acentuada do piso e riscos elétricos graves, não permite que se aguarde exclusivamente por processos bancários e administrativos internacionais, cujos prazos de aprovação e execução são, como é sabido, bastante prolongados. -----

-----O Pavilhão encontra-se, neste momento, praticamente sem condições de utilização. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

piso apresenta danos evidentes resultantes da acumulação persistente de água, e o edifício sede regista infiltrações significativas, situação que culminou, inclusive, no encerramento da escola na semana em que se verificaram fortes precipitações no concelho e noutras zonas do país. Perante o atual estado de degradação, receia-se que este cenário se repita com facilidade, sendo certo que não serão necessárias chuvas particularmente intensas para que voltem a ocorrer situações semelhantes. -----

----- Acresce que, face às condições meteorológicas recentes, a zona de convívio coberta tem vindo a ser utilizada para a realização das aulas de educação Física, por ser o único espaço que oferece abrigo do vento e da chuva. Trata-se, contudo, de uma solução manifestamente precária, que não responde às necessidades dos alunos nem às exigências de segurança e qualidade pedagógica. -----

----- Foi ainda transmitido em sede de Conselho Geral que existem infiltrações no refeitório, nomeadamente na zona do exaustor, o que agrava as preocupações relativas à segurança das instalações.-----

----- Face ao exposto, solicitamos que conste em ata o pedido de esclarecimento sobre os seguintes pontos: -----

----- 1. Prazos do Banco Europeu de Investimento BEI: Qual o cronograma previsto para a candidatura ao Banco Europeu de Investimento? Em que fase se encontra o processo e qual a estimativa temporal para que o eventual financiamento se traduza em intervenção efetiva no terreno? -----

----- 2. Obra de reparação urgente: Considerando que o processo associado ao BEI poderá demorar meses ou até anos, questionamos se o Município tem prevista e orçamentada uma intervenção intercalar de carácter urgente. É possível proceder, com recurso a fundos próprios do orçamento municipal, a uma reparação pontual da cobertura e à salvaguarda do sistema elétrico, de forma a garantir condições mínimas de segurança?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----3. Responsabilidade e segurança: Enquanto a intervenção estrutural não avança, quem assume a responsabilidade técnica e civil caso ocorra um incidente decorrente das infiltrações e dos riscos elétricos, situação da qual o Município tem pleno conhecimento? -----

-----Paralelamente, manifestamos igualmente preocupação quanto: -----

----- À insuficiência de verbas destinadas ao transporte para atividades contantes dos planos de ação das escolas, como participação em eventos festivos, idas à biblioteca ou outras atividades educativas, o que impede que o Agrupamento assegure igualdade de acesso a todos os alunos;-----

----- À não utilização dos painéis solares instalados na Escola EB1 de São Teotónio, uma infraestrutura relativamente recente, sendo que ao que nos foi transmitido, que estes equipamentos aparentemente nunca terão sido colocados em funcionamento. Trata-se de uma situação já referida em sede do Conselho Geral e que carece de esclarecimento urgente, não se afigurando como normal que, numa escola moderna e equipada com sistemas de produção de energia renovável, tais equipamentos permaneçam inativos desde a sua instalação. -----

----- À situação do Jardim de Infância de São Teotónio, relativamente à zona exterior, onde ainda aguardamos a concretização dos melhoramentos previstos. Destacamos a ausência de uma estrutura adequada para arrumação de materiais do JI, como bicicletas, triciclos e o trampolim, oferecidos pelos pais à escola, que atualmente se encontram expostos às condições climáticas, degradando-se devido à falta de proteção. -----

-----A situação da Sala 3 da EB1 da Zambujeira do Mar, relativamente às melhorias prometidas no início do ano letivo: apenas parte do mobiliário foi entregue e as intervenções ao nível da climatização continuam por concretizar. Em Conselho Geral foi referido que estas melhorias avançariam aquando do arranque da obra da segunda sala do Jardim de Infância da Zambujeira do Mar, mas o mobiliário continua a demorar excessivamente, sem resposta clara quanto à sua conclusão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- A Associação de Pais considera que as candidaturas a financiamento externo são instrumentos importantes de planeamento e investimento, contudo, não podem servir de justificação para a inação perante riscos concretos e imediatos que colocam em causa a segurança e o bem-estar das crianças. O que está em causa não é apenas a qualidade das infraestruturas, mas a integridade física dos nossos filhos e a dignidades da escola pública em São Teotónio. -----

----- Assim, apelamos a uma resposta clara, pratica e célere, que demonstre o compromisso efetivo do Município com a segurança e as condições de ensino das nossas crianças.” -----

----- 5. Fátima Teixeira, residente em Relíquias, que disse o seguinte: “É a primeira vez que, em todas as minhas participações na Assembleia Municipal, quer como deputada, quer como público, não me vou queixar da questão dos resíduos sólidos, portanto, é um caso único e, de facto, tenho que dar os parabéns aos novos Presidentes da Junta de Freguesia de Relíquias e da Junta de Freguesia de Colos, porque se tem notado uma melhoria substancial no tratamento e acomodação dos resíduos sólidos urbanos. Aliás, também estes dois Presidentes têm sido incansáveis a tentar tirar pessoas atoladas dos caminhos vicinais, tem sido mesmo fora de qualquer expectativa, os caminhos vicinais que ligam Relíquias e Colos ao Monte do Serro, portanto, um grande obrigado a eles e votos de um grande futuro como Presidentes de Junta. ---

----- Trago também dois pontos, que são resultado da minha experiência pessoal, mas eu acho que não podem passar despercebidos. Um deles tem a ver com a Proteção Civil, e eu sei que, nas últimas semanas, a Proteção Civil tem tido imenso trabalho, mas isto é um episódio de que o Senhor Presidente já teve conhecimento, sobre uma grande estrutura metálica que estava no cruzamento de Colos - São Martinho. Este painel, devido às intempéries e aos ventos fortes, estava completamente inclinado para cima do sinal de STOP. Eu telefonei, no dia dez de fevereiro, para a Proteção Civil do Município de Odemira, e atendeu uma senhora, a quem tive que explicar três vezes qual era o problema e a localização. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----No dia seguinte, volto a passar neste cruzamento e, qual não é o meu espanto, o painel continua debruçado em cima do sinal de STOP, portanto, ninguém se atreve a parar num sinal STOP, obviamente, para não ter que levar com a estrutura em cima. A situação é parecida com aquela que estava nas Portas de Transval, que foi removida, e que estava também no cruzamento do Vale Ferro e foi também removida. Esperava eu que esta também fosse removida rapidamente.-----

-----No dia onze de fevereiro de manhã, ainda lá estava, tirei fotografias, fui à Junta de Freguesia de Relíquias saber de quem era a responsabilidade e informaram-me que aquilo já não era território de Odemira, como se qualquer munícipe tivesse a obrigação de saber quais os limites administrativos dos concelhos, obviamente que não! Tentei então arranjar o contacto do Presidente da Junta de Santa Luzia e enviei, em paralelo, dois emails, com as fotografias tiradas, à Câmara Municipal de Ourique e à Câmara Municipal de Odemira. Na parte da tarde, ainda ninguém sabia de nada, a pessoa responsável pelos serviços de Proteção Civil do Município de Ourique telefonou-me a agradecer e a dizer que tinham tirado a lona e que ficava resolvido.-----

-----No dia seguinte, voltei a agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia por ter agido rapidamente, mas alertei que, de facto, o grau de perigosidade se mantinha, porque a estrutura metálica estava ainda a pender para a estrada e para o cruzamento. Eis senão quando, apenas na sexta-feira passada, a estrutura foi finalmente desmontada, portanto, no dia vinte de fevereiro e, neste intervalo todo decorreram dez dias e, nós, munícipes, não temos que saber os limites administrativos. Eu telefonei para a Proteção Civil do Município de Odemira e ninguém me disse que aquilo não era do concelho de Odemira.-----

-----A outra questão que eu tenho aqui é que, de facto, não há articulação entre os diferentes serviços de Proteção Civil Municipal das diferentes Câmaras, o que me espanta muito, porque, de facto, acho que teríamos todos a ganhar se existisse uma articulação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

conjunta, porque não são todas as pessoas que andam atrás de um tema dias e dias seguidos, a telefonar para aqui e para acolá, portanto, isto não é normal! -----

----- Depois, isto leva-me também à questão da responsabilidade civil das empresas desses painéis publicitários, se a Câmara tem conhecimento da empresa que é dona destes painéis e, qual é o contributo que ela dá para a desmontagem destes painéis, porque, senão, somos todos a pagar a Proteção Civil às custas da Câmara. -----

----- O segundo ponto tem a ver com as Assembleias de Voto em Relíquias. Eu estive presente no dia dezoito de janeiro e no dia oito de fevereiro, e a Assembleia de Voto onde estive, que é na Casa do Povo de Relíquias, não tem condições absolutamente nenhuma para se manter como Assembleia de Voto, por muitas razões: infiltrações e ameaças de o terraço derrocar, temos a rua cortada, inclusive a rua da Casa do Povo de Relíquias, e, portanto, as próximas eleições ainda vêm longe, e eu pergunto se poderemos já começar a pensar numa outra Assembleia de Voto para Relíquias, para a mesa um e também, já agora, para a mesa dois, na escola primária de Vale Ferro, que também tem necessidade de intervenções profundas para que continue a funcionar com mesa.-----

----- De facto, a minha questão é se, na falta de competência técnica, financeira ou outra das associações responsáveis por estes espaços, o Município poderá apoiar na realização de candidaturas a financiamento para as obras de que estes espaços precisam urgentemente e que, se forem feitas agora, provavelmente serão muito mais baratas do que se forem feitas mais tarde, quando os estragos forem ainda maiores. -----

----- Em relação ao Movimento Juntos pelo Sudoeste, obviamente, temos agora a albufeira da barragem de Santa Clara cheia de água, felizmente, mas não é motivo para grande euforia, é motivo, principalmente, para responsabilidade. É também um alívio para o sudoeste e, acima de tudo, uma oportunidade.-----

----- E a nossa questão é esta: que esta recuperação não seja confundida com o bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

momento para continuar a fazer aquilo que temos feito sempre até aqui, ou seja, para ajustar medidas, rever regras, disponibilizar mais volume e para assistir à implantação de mais estufas, como já estamos a assistir ali na zona do Vale Figueira, da Maravilha Farms, ou a ter novos pedidos de associados à ABMira para ter também acesso à água e para terem também essas pessoas novas culturas.-----

-----E, portanto, como é que vamos encarar esta oportunidade? Se vamos apostar na transformação do modelo agroindustrial da região, acelerar a transição para uma agricultura regenerativa, que use menos água e que proteja o solo e respeite os limites ecológicos, reforçar critérios de transparência e fiscalização para que a água não seja gerida por impulso, pressão ou conveniência. -----

-----Que garantia temos nós de que a recuperação não vai servir para acelerar pressões insustentáveis, nem para repetir decisões que nos colocaram à beira do colapso em dois mil e vinte e três, por exemplo? Agora temos água, mas sabemos que isto é apenas mais um episódio das alterações climáticas. Os períodos de seca prolongada também são um efeito das alterações climáticas e, portanto, que medidas é que o município está a planear para que este uso de água não seja descontrolado e que garantias é que há de algum uso doméstico garantido num futuro a dois, três anos?”-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira que agradeceu a presença do público, bem como as intervenções efetuadas. -----

----- em primeiro lugar, deu os parabéns a todos os Presidentes de Junta e destacou que as Juntas de Freguesia, o Município, os seus funcionários e os respetivos equipamentos integravam uma única unidade — o Serviço Municipal de Proteção Civil —, uma vez que todos faziam parte da mesma equipa no exercício dessa função. Referiu ainda que este constituía um aspeto de grande relevância, e que era fundamental contar com o envolvimento de todos — quer dos que se encontravam na linha da frente, quer dos que atuavam na retaguarda —,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

assegurando a articulação do que era possível concretizar no terreno. Salientou ainda, a elevada disponibilidade demonstrada pelas Juntas de Freguesia para a realização de intervenções que, à partida, pareciam impossíveis de ser feitas. -----

----- - relativamente à intervenção do Senhor Alexandre Coutinho, referiu que já tinham falado várias vezes sobre aquela estrada, que era, de facto, um caminho muito importante. Acrescentou que se tratava de um caminho vicinal em terra batida, mas que ligava, efetivamente, duas zonas do território, sendo que, caso não fosse utilizado, era necessário fazer um desvio de vários quilómetros para chegar, na verdade, entre o Monte da Estrada e a Ribeira de Seissal. -----

----- - referiu que, naturalmente, todas as visitas feitas pelo Senhor Vereador, bem como os planos antes e depois das eleições, tinham sido condicionados pelas tempestades, que impediram qualquer tipo de intervenção. Informou que as situações iriam ser integradas numa estrutura prioritária de intervenção e que, para isso, tinha sido criada uma estrutura de missão na Câmara Municipal de Odemira, para trabalhar duas ou três áreas mais relevantes. Explicou que uma delas tinha a ver com os custos dos prejuízos causados pelas tempestades e que, naquele momento, somando também os prejuízos na agricultura, já se ultrapassavam os oitenta milhões de euros no concelho de Odemira, sendo cerca de quinze milhões em caminhos municipais e vicinais. Referiu ainda, que era necessário encontrar uma solução para resolver este problema, admitindo que o valor, sobretudo nos caminhos e estradas, era muito elevado, mas sublinhando que era essencial garantir a reposição. -----

----- - quanto à questão das valetas, referiu que, com a sua limpeza, se percebia claramente que, tal como já se verificava antes, a estrada teria maior durabilidade e que o investimento realizado seria muito mais eficaz. Acrescentou que seria preferível investir agora mais recursos na criação de boas condições de drenagem, nomeadamente através das valetas, do que tentar poupar em situações de reposição e, no ano seguinte, voltar a estar nas mesmas condições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- - relativamente à Associação Provisória, referiu que, há cerca de quatro anos, tinha tido uma reunião com a Associação sobre um projeto que tinham para Sabóia, nomeadamente na Casa dos Morgados, com o objetivo de desenvolver um conjunto de atividades, o qual lhe tinha parecido bastante interessante. -----

-----Informou que o espaço tinha sido cedido pelo prazo de cinco anos e que a Associação tinha uma grande capacidade para concorrer a fundos nacionais e internacionais. Acrescentou que, tinham produzido um livro em Sabóia que lhes valeu um prémio de reconhecimento internacional, devido à qualidade do produto cultural que apresentaram.-----

-----No entanto, referiu que concordava com o que a Senhora Ana Pereira tinha dito, e informou que já tinha falado com os responsáveis pela associação e considerava que não fazia sentido a entidade estar num território com o qual não tinha qualquer relação — pelo contrário, mantinha até alguma distância em relação à comunidade local. Explicou que, apesar disso, tinham sido dadas algumas oportunidades, que lhe pareceram interessantes, para que pudessem continuar a desenvolver o seu trabalho no território.-----

-----Informou que tinham uma reunião agendada com a associação e que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Sabóia também já tinha transmitido várias vezes, aquilo que sentia relativamente ao completo desligamento da entidade em relação ao território. A reunião com a associação estava marcada com o objetivo de tentar resolver este problema. Relativamente às intervenções feitas pela Associação, referiu que tinha feito uma intervenção mínima e que o apoio que o Município tinha dado para as obras tinha sido, cerca de cinco mil euros, para permitir a intervenção na casa. Considerou que o que foi feito não tinha sido significativo e que, de qualquer forma, a casa continuava no mesmo estado, sem grande utilidade prática. -----

----- - quanto à intervenção do Senhor José Carvalho, referiu que na Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes (AFIPR) há cerca de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

três anos, tinha sido aprovado na Assembleia Municipal de Odemira o acordo estabelecido com todas as entidades para transformar parte do espaço e o terreno rústico em terreno urbano, de forma a regularizar as construções devidamente identificadas antes de dois mil e dezoito. Acrescentou que, desde então, tinham sido realizadas inúmeras reuniões no local para explicar às pessoas qual era o Plano que tinha sido discutido e aprovado para a AFIPR. -----

----- Informou que a unidade de execução do Galeado já se encontrava concluída do ponto de vista da definição dos espaços e que o passo seguinte seria a fase de registo e alienação de lotes. Referiu que, infelizmente, apesar de terem iniciado um trabalho com os proprietários das Alpendorada — que é, de facto, uma propriedade bastante grande — a primeira relação tinha sido intermitente. No entanto, nos últimos tempos já tinham começado a desenvolver um trabalho conjunto, incluindo a realização de vistorias e fiscalizações conjuntas entre a Câmara Municipal, os proprietários e a GNR. Acrescentou que estavam a tentar avançar nesse processo, que considerava provavelmente o mais complexo de toda a AFIPR.-----

----- Informou ainda que a fiscalização já tinha ido ao local mais do que uma vez e que todos os atos estavam devidamente registados. Reconheceu que, de facto, a justiça era lenta, mas que, em alguns casos, tinham conseguido demolir casas ilegais, o que considerava ter sido um trabalho bastante difícil do ponto de vista jurídico e exigente em termos de coragem. -----

----- - relativamente à intervenção da Senhora Olga Viana, informou que no mandato passado, as competências relativas ao património das escolas EB 2,3 e escolas secundárias tinham sido transferidas a todos os municípios do país. Explicou que essa responsabilidade tinha sido entregue pelo Governo com a garantia de que estaria garantido o financiamento para a requalificação de todas as escolas. Informou ainda que as escolas de Odemira estavam classificadas como prioridade dois e que só depois das escolas serem requalificadas com a verba que o Governo se comprometeu a entregar, é que serão da gestão do Município. -----

----- Referiu que estava aberto até junho do corrente ano um aviso para apresentação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

candidaturas e que, no limite, pensavam apresentar as candidaturas até final de abril. Acrescentou que, relativamente a São Teotónio, só faltava entregar o projeto de ampliação, enquanto a Escola Secundária também receberia uma pequena ampliação, de caráter administrativo. No caso de São Teotónio, a ampliação seria maior e incluiria a transferência de todas as salas provisórias para salas definitivas. Relativamente aos *timings*, informou que a CCDDR só começaria a analisar as candidaturas a partir de junho e que, talvez em setembro, já existissem notícias sobre a aprovação ou não da candidatura. Acrescentou que, em caso de aprovação, até ao final do ano seria lançado o concurso, prevendo-se que, por volta de março ou abril do ano seguinte, se conhecesse o resultado, e que, entre maio e junho de dois mil e vinte e sete, se pudesse iniciar as obras. Referiu ainda que a execução das obras teria a duração de cerca de dois anos, pelo que, se tudo corresse bem, a nova escola e o pavilhão poderiam estar concluídos no final de dois mil e vinte e nove. -----

----- relativamente à situação atual do pavilhão, informou que bastaria fazer uma pequena intervenção, que resolveria, para já, as questões relacionadas com as chuvas, e que, se o pavilhão fosse limpo o mais rapidamente possível, poderia ser reaberto e voltar a ser utilizado. -

----- quanto ao transporte de alunos, reconheceu que havia, de facto, muitos problemas nesta área, sendo o principal a dificuldade de ter motoristas disponíveis para fazer transportes ao fim de semana ou fora de horas. Explicou que, na realidade, todos esgotavam as horas extraordinárias durante o horário normal de trabalho, o que gerava muitas dificuldades. Acrescentou que estavam a tentar resolver a situação, e que segundo os números que tinham analisado há algum tempo, indicavam um cumprimento de cerca de cinquenta a sessenta por cento do que lhes era solicitado do ponto de vista dos transportes. -----

----- - relativamente aos painéis solares da EB 2,3 de São Teotónio, referiu que poderiam ser apresentados os registos de produção energética até setembro do ano passado, uma vez que tinham funcionado extremamente bem. Acrescentou que, em setembro avariou um disjuntor e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

que ninguém tinha avisado, mas que o equipamento já tinha sido encomendado e seria repostado.-

----- - relativamente à parte exterior do jardim de infância, informou que a arquiteta paisagista já tinha concluído o projeto e que o engenheiro responsável pela iluminação também já tinha finalizado o projeto da parte exterior. Acrescentou que, naquele momento, faltava apenas orçamentar, tarefa que cabia ao engenheiro, tendo em conta todos os outros projetos. Explicou que o engenheiro não conseguia tratar das duas tarefas em simultâneo, mas que estava a terminar os trabalhos e, em seguida, iria elaborar a orçamentação do espaço do jardim de infância. Acrescentou que, conforme prometido, esperavam conseguir lançar o concurso até maio, iniciando assim o procedimento. -----

----- - - quanto à segunda sala do Jardim de Infância da Zambujeira do Mar, informou que que a obra já estava adjudicada.-----

----- - relativamente à intervenção da Senhora Fátima Teixeira, referiu que o painel publicitário estava, de facto, no concelho de Ourique e que a Junta de Freguesia de Santa Luzia também tinha realizado um excelente trabalho para resolver o problema.-----

----- - quanto às assembleias de voto, informou que existia pelo menos um pedido de apoio para a escola do Vale Ferro e que, na altura, tinham falado com a Senhora Presidente, procurando encontrar as melhores soluções para melhorar os espaços. -----

----- - relativamente à questão da água, informou que se tem realizado com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), algumas reuniões regulares, nomeadamente no âmbito do Pacto da Água. Explicou, que esse processo previa que, até determinada altura do ano, fossem tomadas decisões sobre a disponibilidade de água e a forma como esta deveria ser distribuída.-----

----- Acrescentou que essa reunião tinha sido realizada e que, na altura, tinha ficado acordado que haveria novo encontro em março. Referiu que, nessa ocasião, o cenário ainda não era tão favorável no que respeitava ao enchimento da barragem, e que a sua intervenção tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

ido no sentido de que seria necessário, acima de tudo, gerir a água. Sublinhou que seria necessário encontrar soluções que evitassem o regresso a situações de escassez, referindo que as próprias empresas, responsáveis por grande parte do consumo, valorizavam mais a previsibilidade do que a incerteza. -----

----- Por último, referiu que o recente conjunto de tempestades tinha reforçado de forma clara a necessidade de avançar com uma conduta adutora dedicada exclusivamente ao consumo humano, desde a Albufeira de Santa Clara até à futura ETA de São Teotónio. Explicou que esta reorganização permitiria melhorar o abastecimento no concelho, passando a existir apenas três ETAs: a de Santa Clara, a assegurar a zona interior e nascente; a do Almogrove, a servir Almogrove, Vila Nova de Milfontes e São Luís; e a de São Teotónio, a abranger o restante território até São Miguel. -----

-----Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, disse o seguinte: “Quero agradecer a todos os que participaram, a todos os munícipes que esta noite se dirigiram aqui, e quero dizer-vos que esta é a vossa casa; aliás, esta é a nossa casa e é aqui, na Assembleia Municipal de Odemira, que nós, elementos do Executivo, elementos da Assembleia Municipal e os munícipes que entenderem que o devem fazer, podemos escutar e podemos encontrar soluções comuns para resolvermos os problemas e melhorar a vida no nosso concelho. Muito obrigada, bem-hajam por terem estado presentes esta noite. -----

-----Queria também dizer aos munícipes que nos assistem a partir de casa que é muito simples participar nas Assembleias Municipais. Quando quiserem intervir, nós temos um período de intervenção do público, que é logo no início da Assembleia, e basta chegarem aqui no próprio dia e fazer uma inscrição. Portanto, convoco todos a dirigirem-se, quando assim for vosso entendimento, à Assembleia Municipal de Odemira.”-----

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- **Ponto um: APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS**-----

----- a) DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2025. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com quinze votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP. Não participaram na referida votação os Membros: Ana Catarina Barata, Hugo Mendonça, Dário Guerreiro, Humberto Mendes, Fernando Silva, Inês Palma, Ricardo Cesário e Tânia Rodrigues, por não terem estado presentes na reunião a que se reporta aquela ata. -----

----- b) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2026. -----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP. Não participaram na referida votação os Membros: Miguel Monteiro, Telma Guerreiro, Humberto Mendes, Ferrando Valério, Manuel Campos, Fernando Silva, Inês Palma, Margarida Percheiro, Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Teresa Nabais, Nuno Góis, Ricardo Cesário, Vera Raposo e Tânia Rodrigues, por não terem estado presentes na reunião a que se reporta aquela ata. -----

-----**Ponto dois: APRECIACÃO DE EXPEDIENTE:**-----

-----Embora todos os presentes se encontrassem munidos de exemplares dos Mapas-resumo da Correspondência Recebida e Expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária.-----

-----**Ponto Três: APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO:**-----

-----Em cumprimento com o estipulado no artigo trigésimo do Regimento da Assembleia Municipal, as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no presente ponto da Ordem de Trabalhos foram efetuadas por Bancada, com limitação de tempo: -----

-----A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA-----

-----Interveio o Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que fez a seguinte intervenção: “A minha intervenção prende-se com a questão das intempéries das passadas semanas, uma intervenção que tem como principal ponto de vista o trabalho que as Juntas de Freguesia desenvolveram durante este período de tempo. Começo por endereçar um grande e forte agradecimento a todos os funcionários das Juntas de Freguesia, a todos os funcionários do Município, aos Bombeiros Voluntários, às Forças de Segurança, aos populares e às empresas que também ajudaram nos trabalhos de desimpedimento de estradas, de cortes de árvores e tantas outras situações que foram, entretanto, aparecendo. -----

-----Realçar que hoje falei com uma boa parte dos colegas das Juntas de Freguesia, fomos praticamente unânimes em fazer honra ao acompanhamento que foi feito pelo Serviço de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Proteção Civil Municipal. Constantes telefonemas a perguntar a situação na freguesia, a identificar situações. Eu e os colegas do Partido Socialista fomos contactados várias vezes, e alguns colegas da CDU, inclusive, pelo que deixamos também aqui esse agradecimento. -----

----- Desta situação, importa também referir que, mais uma vez, as Juntas de Freguesia são sempre as primeiras a chegar ao terreno nestas questões e em tantas outras. É importante olhar de outra forma para as Autarquias Locais, é necessário mais meios. Nós temos carência de meios, há Juntas de Freguesia em que era necessário reforçar meios e há outras que, inclusive, têm poucos ou nenhuns. Por isso, temos que, junto da ANAFRE, junto da Associação Nacional de Municípios e junto das entidades governamentais, exigir mais transferências para as Autarquias Locais. É necessário aumentar as transferências do Estado. É necessário, talvez, também haver uma aproximação à CCDR e até mesmo aos Ministérios, para que possa haver linhas de crédito, disponibilização de financiamento e candidaturas, para que nós possamos, entretanto, adquirir mais meios e ter melhor capacidade de resposta, mais pronta, mais rápida e, por conseguinte, um melhor serviço para todos os odemirenses. -----

----- Esperamos que não voltemos a passar por estes tempos difíceis novamente. Estamos disponíveis para reunir com o Município, para encontrarmos soluções mais rápidas, para que, numa próxima situação, que espero que não se repita, possamos ainda prestar um serviço muito melhor. Nem tudo correu bem, é necessário também que o Município e o Executivo repensem, ou pensem, numa melhor forma de comunicação, mais efetiva e mais clara, com os Odemirenses. -----

----- Por último, dizer que nem tudo está resolvido: os Presidentes de Junta continuam a trabalhar no terreno, temos os meios no terreno. Descansar os Odemirenses: estamos a colaborar e a cooperar com o Município, num espírito de entreatajuda. Nós, Presidentes de Junta, vamos falando uns com os outros e às vezes até nos ajudamos nos diferentes trabalhos. Estamos cá! Os Odemirenses podem confiar em nós! Muito obrigado a todos!"-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Interveio a Senhora Ana Catarina Barata, que disse o seguinte: “No seguimento deste assunto das intempéries que nos têm preocupado e afetado a todos, como foi bem visível hoje pelas intervenções do público, gostaríamos de falar da questão das alterações climáticas, que sabemos que vão afetar cada vez mais também o nosso território e que este tipo de fenómeno meteorológico extremo vai ser cada vez mais frequente e, portanto, provavelmente vamos ter de lidar com situações extremas num futuro muito próximo. -----

-----Assim, gostaríamos de saber e perguntar acerca do Plano Municipal de Ação Climática, que é obrigatório por Lei e, segundo a Lei de Bases do Clima, deveria já ter sido apresentado por todos os municípios há dois anos, em fevereiro de dois mil e vinte e quatro. ----

-----Gostaríamos, portanto, de ter aqui alguma informação acerca do Plano Municipal de Ação Climática, em particular, mas também sobre toda esta estratégia que o município tem para lidar com um fenómeno que sabemos ser inevitável.” -----

-----Interveio o Senhor Hugo Mendonça, que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista apresentou a seguinte Moção:-----

-----“**MOÇÃO**-----

-----**Pela defesa do Alentejo, da coesão territorial e do direito da região a decidir o seu futuro**-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira apresenta a presente moção em defesa de um modelo de desenvolvimento regional justo, equilibrado e respeitador da realidade dos territórios. -----

-----O debate sobre o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia revelou um risco alarmante: o Alentejo poderá perder cerca de 700 milhões de euros em fundos comunitários. Embora as negociações estejam em curso, a dimensão deste alerta exige uma posição política clara, pois estes fundos são o motor do investimento, dos serviços públicos e da fixação de população.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- As recentes análises demonstram que a revisão das NUTS II alterou profundamente a leitura estatística da região. O crescimento concentrado em áreas específicas elevou o PIB per capita do Alentejo para 77% da média europeia. Contudo, este indicador é enganador. No papel, parece haver progresso; no terreno, persistem assimetrias profundas. -----

----- O crescimento localizado, nomeadamente no Alentejo Litoral, não elimina as fragilidades estruturais de todo o Alentejo, nem de Odemira em específico. Desafios como o envelhecimento, a baixa densidade e a falta de serviços, continuam presentes. -----

----- Esta subida estatística ignora que a riqueza gerada em enclaves geográficos restritos não transborda para o restante território, deixando a vasta maioria dos concelhos duplamente penalizados: pela falta de desenvolvimento real e pela perda de apoios para o combater. -----

----- Enquanto outras regiões se organizam para garantir envelopes financeiros próprios, o Alentejo não pode assistir passivamente a decisões que condicionam o seu futuro. -----

----- As regiões devem ter autonomia efetiva para pensar, planear e decidir o seu caminho, sob pena de a “coesão territorial” se tornar uma expressão vazia, e por isso o Alentejo também tem de ser organizar e ter voz.-----

----- O Alentejo não pede privilégios, pede respeito. Reivindicamos que o crescimento estatístico não sirva de pretexto para retirar instrumentos de desenvolvimento essenciais a um território que deve ser visto como estratégico para o país, e não como uma periferia distante. ---

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira delibera: -----

----- 1. Manifestar forte preocupação e oposição a qualquer cenário de redução significativa dos fundos comunitários destinados ao Alentejo.-----

----- 2. Defender que a revisão das NUTS e os seus efeitos estatísticos não justifiquem a penalização de territórios com vulnerabilidades demográficas e estruturais.-----

----- 3. Exigir critérios de financiamento que considerem as desigualdades internas as especificidades das zonas de baixa densidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----4. Reafirmar o papel das CCDR como estruturas de planeamento dotados de autonomia técnica e capacidade de decisão real.-----

-----5. Apelar ao Governo da República para que assegure uma defesa firme no Alentejo nas negociações europeias, reconhecendo o valor da autonomia regional.-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, reafirma o seu compromisso com um Alentejo respeitado e com voz própria, garantindo que o desenvolvimento económico se traduza em oportunidades reais para todas as pessoas.-----

-----Os/as eleitos/as pelo PS na Assembleia Municipal de Odemira,-----

-----A moção deverá ser enviada para:-----

-----Ministro da Economia e da Coesão Territorial;-----

-----Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----

-----Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;-----

-----Assembleias Intermunicipais do Alentejo.-----

-----Odemira, 26 de fevereiro de 2026.””-----

----- Interveio a Senhora Telma Guerreiro que, fez a seguinte intervenção: “O Senhor Presidente já abordou, de alguma forma, esta questão que eu trazia na resposta à cidadã Fátima Teixeira, em todo o caso, queria percebê-la melhor. Dos nossos contactos com a população, percebemos mesmo uma decrescente qualidade da água, há muitas pessoas a reclamar desta situação nas redes sociais, no contacto direto com membros desta Assembleia Municipal e do Partido Socialista. Com certeza que o Município também tem recebido queixas da qualidade da água, e a nossa questão é: quais são as estratégias que o Município está a tomar?-----

-----Já percebemos aí alguma descrição na resposta, em todo o caso, a dúvida também relativamente ao investimento que foi anunciado pelo Governo, numa reunião em que a Senhora Ministra do Ambiente e Energia esteve no Alentejo e anunciou o investimento de cinquenta e seis milhões. Será este o caminho também para a solução e para que Odemira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

tenha, de facto, em todos os lugares, em todas as torneiras, qualidade da água?” -----

----- Interveio o Senhor Miguel Monteiro, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, a minha pergunta vai ser muito concreta e é novamente sobre o Regulamento Municipal de Atribuição dos Benefícios aos Bombeiros Voluntários e aos Socorristas da Cruz Vermelha.-----

----- Saber só em que ponto é que estamos: sei que já terminou a discussão pública, sei também que houve participação, já falámos sobre isso também nesta Assembleia, soube que recentemente também houve novas reuniões e contactos com os bombeiros. Portanto, era para perceber quando é que prevê que possamos voltar a discutir isto nesta Assembleia, para que entre em vigor o mais rapidamente possível.” -----

----- Interveio o Senhor Francisco Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que fez a seguinte intervenção: “Trago aqui três questões dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A primeira tem a ver com o corte da Estrada Nacional 390. É uma via estruturante que serve o concelho de Odemira. Até ao momento, a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes já procurou, junto das Infraestruturas de Portugal, alguns esclarecimentos, mas não houve efetivamente resposta e gostava de saber se há ou não previsão, pelo menos, de circulação alternada nesta estrada. Dar nota de que o mau tempo agravou em muito a Estrada Municipal 1072, salvo erro a classificação, e que, com esta estrada cortada e com o estado em que está a ligação Sines–Grândola, impera realmente a resolução da ligação da Estrada Nacional 390. -----

----- Por outro lado, gostaria de abordar aqui uma questão que me preocupa bastante e que vivi durante o período das intempéries, que tem a ver com a AFIPR. Como nós sabemos, muitas das casas ilegais que estão instaladas ou construídas na AFIPR foram colocadas em zonas onde existem charcos temporários, onde foram interrompidas linhas de água, e a situação que vivemos naqueles dias foi concretamente de casas inundadas, com fossas a rebentar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

cruzamento, portanto, de fossas com poços, e poderemos vir aqui a ter um problema grave de saúde pública, além da questão social e habitacional de Vila Nova de Milfontes.-----

-----O apelo que deixava era, realmente, àquilo que o Senhor Presidente falou: um trabalho conjunto com os proprietários. Eu não falo dos ocupas ou daquelas pessoas que fazem transação de parcelas de terreno, falo mesmo com os proprietários, os originários, aqueles que são os proprietários. Porque a situação está francamente descontrolada com a instalação de casas modelares. E aqui deixo também a minha crítica a quem, com responsabilidades e com conhecimento do que foi a aprovação do Plano em dois mil e vinte e dois, e que, mesmo assim, instala casas de forma ilegal na AFIPR. Portanto, quero deixar este apelo e total disponibilidade para continuar a colaborar com o Município de Odemira e com os proprietários na resolução deste problema.-----

-----Por último, deixar uma preocupação que foi falada no último Conselho Geral, que tem a ver com a abertura de mais cinco novas salas de aula no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, no próximo ano, em que só vão sair duas turmas e, portanto, temos três novas salas de aula. Temos já estruturas modelares a funcionar e é importante, Senhor Presidente, começarmos a tratar e a falar a sério da questão do futuro Centro Escolar de Vila Nova de Milfontes.”-----

-----B) BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

-----Interveio a Senhora Vera Raposo, que em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Declaração Política:-----

-----“**DECLARAÇÃO POLÍTICA**-----

-----**Comemorar o 8 de março e lutar pelos direitos**-----

-----Muitos dos avanços sociais e económicos que conhecemos e vivenciamos foram fruto da luta organizada dos trabalhadores e, em particular das mulheres trabalhadoras.-----

-----Com papéis de destaque na luta emancipação das mulheres, referimos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

homenageamos Clara Zetkin, pela proposta de criação do Dia Internacional da Mulher, e Maria Lamas, pela coragem na luta contra o fascismo no Portugal amordaçado. -----

----- A Revolução de Abril trouxe-nos a sua conquista mais preciosa: a Constituição da República Portuguesa que consagra Direitos, liberdades e garantias sociais, culturais, económicos, políticos e laborais que permitiram e permitem a elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo. -----

----- No tempo presente, os trabalhadores e as mulheres trabalhadoras continuam a deparar-se com a necessidade de defender e conquistar direitos, na sequência das políticas neoliberais praticadas pelos sucessivos governos de direita e dos retrocessos que resultaram ou resultarão da revisão da legislação laboral, como no tempo da troika e, agora, com as medidas gravosas previstas no Pacote Laboral.-----

----- O Pacote Laboral contempla retrocessos nos direitos laborais e aprofunda desigualdades, como o banco de horas, o trabalho por turnos, a redução das horas de amamentação, os vínculos precários ou a desigualdade salarial entre homens e mulheres.-----

----- Face ao exposto, importa que as mulheres, os jovens e demais trabalhadores participem amplamente na Manifestação Nacional de 28 de fevereiro, em Lisboa e no Porto, organizada pela CGTP-IN, e façam deste 8 de Março espaço de luta e de afirmação de direitos, convergindo nas manifestações organizadas pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres, em todo o país.-----

----- Odemira, 26 de fevereiro de 2026 -----

----- Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal.” -----

----- Interveio a Senhora Margarida Percheiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria, que fez a seguinte intervenção: “Então, a minha intervenção prende-se com três questões. -----

----- A primeira tem a ver com a Estrada Nacional 123, aqui, no meu caso, diz-me mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

concretamente respeito o troço que liga, a zona a partir do Telheiro até às Taliscas, mas que, na verdade, passa por um pouco de todo o interior do nosso concelho. -----

-----Gostava de dar conhecimento a esta Assembleia Municipal que, no decorrer destas intempéries, a Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria fez uma série de comunicações e ofícios ao IP, uma delas relativamente a esta mesma estrada de que vos estou a falar. A resposta, por acaso, não tardou, foi até bastante célere, agora, o que vai tardar, tendo em conta a resposta que recebi, vai ser mesmo a intervenção nesta mesma estrada. Portanto, a resposta foi um tanto ou quanto engraçada: o IP consegue ver que existem diversas patologias, como os próprios referem, nesta mesma estrada, que já sinalizaram algumas delas e que estão, pelo que referem no referido e-mail, a pensar sinalizar mais. Portanto, esta será a ação que podemos esperar mais brevemente: a sinalização destas patologias graves, como eles lhes chamaram. -----

-----Então, a minha questão ao Senhor Presidente é: o que é que, neste momento, nós, Juntas de Freguesia e Município de Odemira, poderíamos fazer em conjunto? O que é que o Município já está a fazer para que possamos finalmente ver resolvida uma situação que se arrasta há longos anos?-----

-----Resultado destas intempéries, perguntar para quando uma nova acessibilidade ao Centro de Saúde de Odemira e ao Bairro 11 de Março, uma vez que, num caso de cheia, como aconteceu há vinte e oito anos, em mil novecentos e noventa e sete, que deixou este bairro completamente isolado, assim como as instalações do Centro de Saúde. Já podíamos ter, se calhar, previsto alguma solução, um acesso, talvez pela zona de Vale Pegas, digo eu, e que pudesse realmente dar resposta a esta necessidade numa situação de calamidade como a que acabámos por enfrentar.-----

-----Esta questão leva-me à minha última pergunta, que tem a ver com a necessidade, a meu ver, de uma melhor comunicação, de uma melhor articulação entre os serviços. Sim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

fazemos todos parte do Serviço Municipal de Proteção Civil, assim que é ativado o Plano de Emergência, mas temos todos que ter acesso às mesmas informações, temos todos que ter acesso àquilo que se está a passar, mais que não seja na nossa freguesia, digo eu. Não queríamos criar alarmismos, foi exatamente isso que criámos! Gostava então de perceber, com esta última questão, para quando uma conversa com todos os Presidentes de Junta, em que nos seja realmente explicado, numa situação deste género — que esperamos não voltar a passar —, qual é o papel de todos, de que forma é que devemos agir, que meios é que devemos acionar e o que é que está à disposição também dos Presidentes de Junta numa situação destas?”-----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis, que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, as exigências que fez à IP e ao Governo de Portugal, das quais estamos plenamente de acordo, em que o Senhor Presidente diz: “a população de Odemira exige intervenção por respeito à garantia da sua qualidade de vida”. A mesma pergunta vamos aplicar ao Senhor Presidente: qual é o plano para as estradas municipais, para as estruturas afetadas e qual o reforço de verba que vai ser dado às Freguesias para fazer face à situação, principalmente no que toca a caminhos vicinais, porque, com os orçamentos que têm para isso, não será possível repor as situações. ----

----- Em relação à barragem de Santa Clara, um esclarecimento à população, que bem o merece. Basta ver a caixa de comentários para perceber o caos que foi criado, quando, no dia cinco de fevereiro, dizem que vão fazer uma descarga de fundo para controlar o volume de água — descarga que, se fosse feita nesse dia, criaria uma inundação brutal em Odemira — e depois, no dia seguinte, afinal, não haverá descarga. Um esclarecimento à população sobre o que é que se passou efetivamente, para terem feito uma comunicação de descarga e, no dia seguinte, uma comunicação de não descarga. E se não seria o momento, agora, para fazer descargas controladas nesta fase. O que está previsto em protocolo, que acreditamos que exista, para este tipo de situação? -----

----- Temos a barragem praticamente a cem por cento. Que medidas existem para que esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

água não seja esbanjada, nem que cresça o plástico por todo o lado? Já temos várias empresas a pedirem milhões ao Estado, como se não tivessem seguros: quando há lucros são deles, quando há prejuízos são nossos. Qual vai ser a posição da Câmara em relação a isso? -----

-----Qual a situação da ABMira para a reposição da legalidade e da democraticidade na ABMira e qual tem sido a postura da Câmara?-----

-----Tivemos a Gala do Desporto esta semana e queremos homenagear todos os atletas e entidades premiadas e selecionadas, mas também todos os praticantes do concelho, muitas vezes com menos condições, muitas vezes não nomeados e nunca premiados. Com isto, elogiar o discurso do Presidente da Câmara, que fez um belo discurso, e vou citá-lo: “Não precisamos de mais campos de futebol, mas de melhores. Não precisamos de mais pavilhões, mas de melhores.” Podia pegar em vários exemplos, vou pegar na freguesia onde eu resido, São Luís, que tem o campo pelado sem dimensões e o polidesportivo que continua eternamente adiado. Qual é a situação, Senhor Presidente?”-----

-----C) BANCADA DO PARTIDO CHEGA-----

-----Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que em nome dos eleitos pelo Partido CHEGA apresentou os seguintes documentos:-----

-----“**VOTO DE SAUDAÇÃO**-----

-----AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA-----

-----A bancada do partido CHEGA Odemira apresenta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República as mais respeitosas saudações pelo início do seu mandato, desejando-lhe pelo êxito no exercício das altas funções que lhe foram confiadas pelo povo português. -----

-----Formulamos votos sinceros para que, ao longo do seu mandato, seja fiel cumpridor da Constituição da República, assegurando sempre a defesa intransigente da dignidade da vida humana, a salvaguarda das liberdades individuais e o respeito pelos direitos fundamentais de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

todos os cidadãos. -----

----- Que a sua magistratura se distinga igualmente pela valorização da família como núcleo essencial da sociedade, reconhecendo que a educação das crianças constitui, antes de mais, responsabilidade primordial dos pais, e pela firme defesa da nossa identidade nacional, da nossa cultura e dos valores que moldam a história e o futuro de Portugal. -----

----- Com elevada consideração, -----

----- Odemira, 26 de fevereiro de 2026 -----

----- O Grupo Municipal dos Eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia de Odemira.”-----

----- **“DECLARAÇÃO POLÍTICA** -----

----- Aos Odemirenses, -----

----- A bancada do partido CHEGA Odemira expressa um profundo agradecimento a todos os cidadãos de Odemira que, nas últimas eleições, confiaram no partido CHEGA e o tornaram a maior força política do concelho. -----

----- Este ato representa muito mais do que um resultado eleitoral. -----

----- É a afirmação clara de que os Odemirenses desejam uma política de proximidade, firmeza, responsabilidade e defesa intransigente dos interesses locais. -----

----- É a confirmação de que existe uma vontade coletiva de mudança, transparência e compromisso sério com o futuro do concelho. -----

----- Recebemos esta confiança com sentido de responsabilidade e determinação redobrada. Trabalharemos com dedicação para honrar cada voto, defender as prioridades da nossa terra e garantir que a voz dos Odemirenses para construir um concelho mais justo, mais seguro e com mais oportunidades para todos. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Odemira, 26 de fevereiro de 2026 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----O Grupo Municipal dos Eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia de Odemira.” -----

-----Por último faz a seguinte intervenção: “O CHEGA Odemira vem, por este meio, informar que foi contactado por diversos munícipes relativamente à edificação existente no estaleiro da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, cuja construção teve início no passado mês de outubro, localizado na Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica (AFIPR), na Unidade de Execução numero dez, fração 129-K, em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Atendendo ao facto de a referida Unidade de Execução ainda não se encontrar consolidada nem aprovada, e considerando as dúvidas suscitadas quanto ao enquadramento urbanístico da mencionada edificação, solicitamos que sejam tomadas as devidas diligências com vista à verificação da sua legalidade. -----

-----Mais se requer que, caso se justifique, seja promovida a competente ação de fiscalização, assegurado o cumprimento da legislação aplicável e a salvaguarda do interesse público.” -----

-----Interveio a Senhora Sónia Domingos, que em nome dos eleitos pelo Partido CHEGA apresentou as seguintes Moções: -----

-----“**MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO** -----

-----A bancada do CHEGA traz hoje a esta Assembleia uma moção de recomendação que fala de justiça, mobilidade e responsabilidade política. -----

-----No nosso concelho, que tem uma área territorial enorme, há estudantes universitários que dependem da Estação de Comboios de Santa Clara-Sabóia para prosseguirem os seus estudos. No entanto, não existe qualquer transporte público regular entre a sede do concelho e essa estação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Isto significa, na prática, que estudar fora do concelho é um custo acrescido, um sacrifício injusto e, para muitas famílias, um obstáculo real ao acesso ao ensino superior.-----

----- E não estamos a falar de impossibilidades. Basta olhar para Almodôvar, um concelho do interior como o nosso, que assegura transporte gratuito pelo município aos domingos e às sextas-feiras, articulado com os horários dos comboios, para Faro, Beja, Serpa e Cuba, e que ainda apoia financeiramente os estudantes que estudam noutros destinos. -----

----- A diferença não está nos recursos. -----

----- Está na vontade política. -----

----- O Município não pode continuar a dizer que apoia os jovens enquanto fecha os olhos a um problema básico de mobilidade. Os estudantes não podem ser penalizados por viverem num concelho grande, disperso e sem alternativas de transporte. -----

----- Esta moção é clara: recomendamos que o Executivo assuma as suas responsabilidades e apresente uma solução concreta, seja através de transporte municipal, seja através de apoio financeiro, adaptado à realidade do concelho. -----

----- Porque apoiar os estudantes não é propaganda. -----

----- É agir. -----

----- Odemira, 26 de fevereiro de 2026 -----

----- O Grupo Municipal dos Eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia de Odemira.”-----

----- **“MOÇÃO DE PEDIDO DE AUDITORIA ÀS CONTAS E PROCEDIMENTOS NOS ÚLTIMOS DOIS MANDATOS** -----

----- A bancada do partido CHEGA em Odemira vem, no exercício das suas competências políticas e institucionais, propor a constituição de uma comissão de auditoria independente às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

contas e procedimentos da Câmara Municipal de Odemira, referente aos dois últimos mandatos autárquicos. -----

-----Esta iniciativa assenta na necessidade de reforçar a transparência, a responsabilidade e o rigor na gestão dos recursos públicos, garantindo aos munícipes total clareza quanto à aplicação dos dinheiros públicos, à conformidade dos procedimentos administrativos e à legalidade das decisões tomadas ao longo dos últimos anos. -----

-----A auditoria deverá abranger, entre outros aspetos: -----

-----A análise detalhada das contas municipais e respetiva execução orçamental; -----

-----A verificação dos processos de contratação pública;-----

-----A avaliação de adjudicações, ajustes diretos e concursos públicos; -----

-----A conformidade dos procedimentos administrativos com o enquadramento legal em vigor;-----

-----A análise da sustentabilidade financeira e do nível de endividamento municipal.-----

-----Paralelamente, a bancada propõe a criação de um grupo de trabalho plural, constituído por representantes das diferentes forças políticas com assento na Assembleia Municipal, bem como por técnicos independentes, com a missão de acompanhar o desenvolvimento da auditoria, assegurar a sua imparcialidade e garantir que as conclusões sejam devidamente apresentadas e debatidas em sede própria. -----

-----Este grupo de trabalho deverá funcionar com total transparência, prestando informação regular à Assembleia Municipal e à população, promovendo uma cultura de escrutínio democrático e reforçando a confiança dos cidadãos nas instituições locais. -----

-----Com esta proposta, a bancada pretende contribuir para uma governação mais transparente, responsável e orientada para o interesse público, assegurando que a gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

autárquica seja permanentemente avaliada à luz dos princípios da boa administração e da defesa do erário público. -----

----- Odemira, 26 de fevereiro de 2026 -----

----- O Grupo Municipal dos Eleitos pelo partido CHEGA na Assembleia de Odemira.”-----

----- D) BANCADA DA AD - COLIGAÇÃO PSD/CDS -----

----- Interveio a Senhora Maria Teresa Gaspar, que fez a seguinte intervenção: “Já foi aqui abordado o problema das questões climáticas, mas não é isso que me traz. As intempéries deste período repetiram-se muitas vezes ao longo de muitos anos, nós temos um bocadinho a memória curta. Falou-se aqui também na questão das ETAs, falo também na questão da ETAR do Brejão, que é contígua à ETA, o que causa algum transtorno e um bocadinho insalubre, mas não é isso também que me traz. -----

----- A água que tem vindo nas nossas torneiras, ultimamente, na maior parte das freguesias, é uma água amarela! Há meses que vem esta água amarela, nomeadamente na freguesia onde eu resido, que é Boavista dos Pinheiros. A água não vem com qualidade e, em outras freguesias, isso também está a acontecer. Ora, Senhor Presidente, como Vossa Excelência sabe, e saberá seguramente muito melhor que eu, até porque, devido aos Pactos da Água, há uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de dois mil e dez que prevê que a água potável é um direito fundamental para todos nós. Portanto, se nós pagamos água, a nossa água tem que ter qualidade e ser potável. -----

----- O que nós sugerimos é que o Executivo reveja a possibilidade de haver uma redução nas faturas da água, pelo período em que, efetivamente, nós andamos a beber e a utilizar a água amarela.”-----

----- Interveio o Senhor Gonçalo Palhinhas que referiu o seguinte: “Passando aqui da fraca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

qualidade e da falta de água, para se calhar, o excesso de água, mais uma vez. Sendo aqui também o último a falar, derivado desta questão da descarga da barragem de Santa Clara, pergunto: está prevista, de facto, uma descarga? O Senhor Presidente disse que estaria também prevista uma reunião em março para esta decisão, mas está realmente prevista uma descarga? E, ao acontecer, qual a utilidade desta descarga? Por exemplo, para a central elétrica da Bogalheira, teríamos aqui algum fim — poderíamos ter aqui algum fim económico que poderia ajudar. -----

-----Reafirmo também, relativamente às intempéries, os problemas dos acessos a Odemira, não tanto só à vila de Odemira, mas também ao facto de correremos o risco de isolar a nossa sede de concelho e, sobretudo, o Centro de Saúde de Odemira. É um problema também a resolver com o IP, e não só, mas estamos aqui a falar da degradação de duas das três vias de acesso a esta vila e que, a acontecer, gera aqui um grande problema para a população.”-----

-----Às questões colocadas interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que:-----
----- - relativamente à intervenção dos Senhores Presidentes de Junta relativamente às intempéries, referiu que uma situação daquela natureza raramente corria sem constrangimentos, não tendo, naquele caso, corrido integralmente como desejado. Referiu ainda que, muitas vezes, o mais importante foi a capacidade de colocar no terreno os meios disponíveis, mesmo quando eram limitados, de forma coordenada. Referiu ainda que, nestas situações a comunicação deveria ser quase unidirecional por ser a forma mais eficaz de transmitir a informação. -----

----- Referiu que, durante o processo, houve momentos em que se registaram alterações de contexto quase a cada minuto, o que levou a decisões diferentes. Disse que, num caso, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

comunicação poderá ter parecido contraditória, designadamente relativamente ao encerramento das escolas, já que, na altura, com as informações disponíveis, não parecia fazer sentido proceder ao fecho. Referiu que, posteriormente, com a barragem perto da Estrada Nacional 263 em risco de colapso, foi necessário cortar a estrada para garantir a segurança, situação que foi controlada no dia seguinte. Referiu que, a partir desse momento, com duas estradas cortadas e a situação a agravar-se, tornou-se necessário tomar uma decisão contrária à anterior, sempre em função do contexto. -----

----- - relativamente à questão da descarga da Barragem de Santa Clara, informou que a decisão sobre o controlo de cheias era da competência da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e que em reunião a entidade tinha determinado a abertura de uma das duas comportas de fundo existentes. Referiu ainda ter colocado questões sobre a manobra, nomeadamente sobre o impacto das cheias, das marés em Odemira e sobre o efeito da descarga de sessenta metros cúbicos por segundo num rio já cheio. -----

----- Referiu que, estando prevista a abertura da barragem às oito horas da manhã, considerou que teria sido um erro da Câmara não comunicar nem mobilizar pessoas desde as seis horas para percorrer toda a linha de água, desde Odemira até à barragem, contactando todas as pessoas afetadas, de forma a minimizar e mitigar os efeitos da descarga.-----

----- Informou ainda que, nesse dia, a comporta não abriu devido a um problema elétrico, não relacionado com a abertura em si, e que, enquanto se procedia ao reparo do cabo elétrico, foi possível comunicar com o Presidente da ARH Alentejo, Eng.º Rui Sequeira. Referiu que, nessa conversa, decidiu-se aguardar, uma vez que a situação se tinha desagravado e a barragem dificilmente encheria.-----

----- - relativamente à questão da produção de energia, informou que a energia só se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

produzia através do canal, não sendo gerada pelas descargas de fundo nem de superfície. -----

----- - relativamente ao Plano Municipal de Ação Climática, informou que o mesmo estava concluído e apenas carecia de aprovação pelos Órgãos. Referiu ainda que a Estrutura de Missão estava a analisar todas as infraestruturas, ponderando como se poderiam implementar soluções de forma mais resiliente.-----

----- - quanto à qualidade da água referiu que, apenas em duas ou três freguesias se verificou alteração na cor, apresentando água amarelada. Referiu que a água era potável, podendo ser consumida, não existindo, neste momento, qualquer restrição, conforme indicado pela Autoridade de Saúde. Referiu ainda que, quando a água não reuniu condições para consumo, houve restrições temporárias, designadamente em Santa Clara, durante alguns dias, tendo sido feito o abastecimento à população com recurso a um sistema alternativo. -----

-----Referiu ainda que o Governo tinha tido uma atuação positiva, na medida em que tinham sido tomadas medidas de curto prazo, nomeadamente investimentos em locais como São Teotónio, Boavista e Cavaleiro, com a instalação de filtros de carvão ativado, com o objetivo de aumentar a resiliência do sistema, quer ao nível da turvação da água, quer na resposta a determinadas substâncias presentes nos canais de abastecimento. Acrescentou que estavam igualmente previstos investimentos em estações de tratamento móveis para reforçar o abastecimento, designadamente nas zonas do Cavaleiro e da Boavista, medidas que já se encontravam planeadas anteriormente, embora condicionadas pela disponibilidade de equipamentos no mercado. Referiu ainda que estavam igualmente previstos investimentos em várias ETAR, com destaque para São Luís, bem como intervenções noutras localidades, como Almogrove e Sabóia. Concluiu referindo que estes investimentos representavam uma resposta de médio prazo, salientando como sinal positivo o lançamento dos concursos e o avanço das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

intervenção planeada. -----

----- - quanto ao Regulamento Municipal de Atribuição dos Benefícios aos Bombeiros Voluntários e aos Socorristas da Cruz Vermelha, informou que, na sequência de reuniões com as duas corporações de bombeiros e com a Cruz Vermelha, surgiram dúvidas, encontrando-se a ser trabalhada uma alteração ao regulamento, tendo em conta os contributos recolhidos. Referiu ainda que a expectativa era que o mesmo fosse aprovado na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- - quanto à Estrada Nacional 390, referiu que o responsável regional pelo IP vinha a Odemira para uma reunião no dia seguinte e que seriam abordadas várias intervenções rodoviárias no concelho, designadamente as estradas 390, 123 e 266, entre outras. -----

----- - quanto à impermeabilização na AFIPR, informou iria ser lançado um projeto global de infraestruturas e linhas de comunicação no âmbito da AFIPR, considerando que o mesmo poderia resolver várias questões existentes. Referiu que um dos principais problemas identificados na zona em causa era o escoamento de águas, pelo que seria necessário um investimento significativo, não apenas na recuperação de ruas e estradas, mas também na criação de uma rede de drenagem pluvial de grande dimensão que permitisse retirar a água de forma eficaz. Referiu ainda que a ocupação desordenada e, em muitos casos, ilegal do território tinha contribuído para o agravamento destes problemas, criando dificuldades para as próprias populações. -----

----- - relativamente às salas de aula, referiu que já tinham vindo a articular com o Agrupamento e com a DGEstE, procurando que a resposta fosse coordenada com os espaços disponíveis em Vila Nova de Milfontes. Referiu ainda que, embora alguns desses espaços não fossem propriedade do município, o Colégio poderia constituir uma solução, quer para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

alunos, quer para os serviços administrativos da escola.-----

----- - quanto a um segundo acesso ao Centro de Saúde, referiu que não se encontrava pensado nem projetado, não existindo, até ao momento, uma solução definida, embora anteriormente tivesse sido equacionada uma possibilidade nesse sentido através do Vale Pegas.

Referiu que se pretendia agora lançar a ideia de projetar uma segunda travessia do rio Mira em Odemira, considerando que, nesse âmbito, seria também necessário repensar e projetar um novo acesso ao Centro de Saúde, de forma a garantir condições adequadas, evitando situações que pudessem comprometer o seu funcionamento. -----

----- - quanto à reunião de balanço das intempéries com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, referiu que a mesma seria realizada. -----

----- - relativamente ao Protocolo das descargas da barragem, referiu que também o tinha solicitado e que, até ao momento, não tinha sido entregue. -----

----- - relativamente às medidas para a gestão da água, referiu que ainda não estava nada definido em concreto. Referiu ainda que, em março, ficou definida a realização de uma nova reunião entre todos os intervenientes, incluindo as associações de agricultores, mesmo as de menor dimensão, de forma a tomar decisões para o futuro. Referiu que, neste momento, a posição adotada seria a de efetuar uma gestão adequada da água, limitando a utilização ao volume disponível.-----

----- - quanto ao pavilhão e ao Polidesportivo em São Luís, informou que tinha sido realizada uma reunião na Junta de Freguesia para discutir as possibilidades de localização do campo e do pavilhão. Referiu já terem sido analisadas várias hipóteses, incluindo consulta aos serviços de planeamento, que confirmaram a viabilidade, e conversações com os proprietários, que se mostraram disponíveis para negociar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- - por último, relativamente à obra na AFIPR da Junta de Freguesia, informou que se tratava de uma obra municipal destinada à seleção de resíduos e que, por se tratar de obras municipais, a mesma não estava sujeita a licenciamento. -----

----- Seguidamente Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes a apreciação e votação das propostas e dos documentos apresentados. -----

----- **1. MOÇÃO – “PELA DEFESA DO ALENTEJO, DA COESÃO TERRITORIAL E DO DIREITO DA REGIÃO A DECIDIR O SEU FUTURO”**, apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentaram a seguinte declaração de voto verbal: “A nossa abstenção prende-se com o facto de o PS e o PSD terem combinado as CCDR por todo o país. Compreendemos o que o PS disse agora, mas custou-nos muito. Faltou aqui a palavra “regionalização” e devíamos estar a bater por isso, e não por estas pequenas questiúnculas, depois de pré-combinadas com o PSD.” -----

----- Interveio o Senhor Hugo Mendonça, que disse o seguinte: “A moção não era sobre essas negociatas eram sobre os fundos comunitários, o papel da CCDR e o que a região de todo o Alentejo pode perder, em termos do facto de poderem considerar que existe uma parte que é bastante — setenta e sete por cento. Era para fazer este esclarecimento.” -----

----- **2. VOTO DE SAUDAÇÃO “AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA”**, apresentado pelos eleitos do Partido CHEGA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, com dezanove abstenções dos eleitos pelo Partido Socialista, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----Os eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto verbal: “A bancada do Partido Socialista abstém-se neste ponto por considerar que o último parágrafo deste voto de saudação remete claramente para o cunho nacionalista e extremista do partido que a apresenta. Saudamos, obviamente, a eleição do Senhor Presidente da República, mas repudiamos a utilização da Assembleia Municipal para estratégias de divulgação política nacional partidária.” -----

-----Interveio o Senhor Dário Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse o seguinte: “Peço imensa desculpa pela minha distração, mas a verdade é que fiquei aqui a patinar nas “eleições eleicoes.mai.gov.pt”, porque recorro o deputado do Chega vangloriar-se de que era a maior força política do concelho, e eu não consigo encontrar, mesmo, nenhuma vitória e presumo, então, que o pessoal do Chega tenha votado em António José Seguro e no PS.” -----

-----Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que disse o seguinte: “Quero só mencionar que a identidade nacional nada tem a ver com extremismos. Nós somos portugueses.” -----

-----**3. MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO**, apresentada pelos eleitos do Partido CHEGA.

-----Interveio a Senhora Telma Guerreiro, que disse o seguinte: “Esta moção levanta-nos algumas questões. Por exemplo, eu utilizo muitas vezes o comboio e não vejo só universitários; vejo, felizmente, muitos e muitas odemirenses a usarem o comboio. Muitas pessoas idosas utilizam o comboio para ir a consultas, e por isso coloco, por um lado, a dúvida de por que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

motivo é apenas para universitários.-----

----- Por outro lado, o município de Odemira é um exemplo, muitas vezes replicado naquilo que é o regulamento das bolsas para estudantes universitários. Portanto, existe um apoio financeiro e, em termos comparáveis na região do Alentejo, atrevo-me a dizer que é o município que mais investe em apoio aos estudantes universitários. Assim, esse apoio poderia também ser dirigido a estas famílias para a deslocação nesta iniciativa — uma entre muitas iniciativas na área do apoio aos estudantes universitários.-----

----- O comboio é utilizado por tanta gente deste concelho de Odemira, mas a moção menciona locais como Serpa e Cuba. Não sei quais são as universidades nesses concelhos, e por isso há imprecisões nesta moção.-----

----- Obviamente, entendemos a importância de existir um pensamento sobre a mobilidade no concelho de Odemira, que pense claramente em como fazer a ligação das pessoas ao comboio, sem que tenham de recorrer apenas a táxis ou meios próprios. Concordamos com isso, mas esse planeamento deve ser pensado para todo o concelho, incluindo universitários, mas sem os excluir.”-----

----- Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que disse o seguinte: “Em relação aos apoios, um apoio sem transporte vale pouco ou nada. De que adianta haver bolsas e apoios financeiros se depois não existe um meio de transporte que faça a ligação, nomeadamente da sede do concelho à estação de comboio?-----

----- Quando nos referimos a Cuba e a Serpa, estamos apenas a dar exemplos. Neste caso, falamos de Almodôvar, que tem esses apoios. Mencionamos, de facto, os estudantes universitários porque é, de facto, um foco bastante importante, mas não fechamos a porta a uma sugestão da bancada do PS para alargar estes transportes. Portanto, sintam-se à vontade para propor que sejam alargados a outros fins.”-----

----- Interveio a Senhora Telma Guerreiro, que disse o seguinte: “A Moção ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Recomendação, tem os dois títulos ela terá de ser votada. Portanto, é votada na forma como está e pronto. Dessa forma, sinto que aquilo que é a posição do Partido Socialista, não reflete aquilo que é a realidade, sequer, daquilo que é o movimento dos estudantes universitários, que não vão para Serpa nem para Cuba, até porque não há ligações de comboio nesse sentido, e nem todos os universitários usam comboio. Portanto, há aqui uma questão de igualdade, de oportunidades, de equidade. Por isso, reforçamos a discussão sobre este tema, e esse é um tema que com certeza deve o Senhor Presidente, falar nesta Assembleia Municipal, sobre qual é o plano de mobilidade do concelho de Odemira, e qual o pensamento sobre a ligação ao comboio.”-----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, com dezanove abstenções dos eleitos pelo Partido Socialista, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----Os eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto verbal: “Relativamente à posição de abstenção ela prende-se com o facto de concordar com a importância de um plano municipal de mobilidade, mas não nos termos em que é apresentado na proposta do CHEGA.”-----

-----**4. MOÇÃO – “PEDIDO DE AUDITORIA ÀS CONTAS E PROCEDIMENTOS NOS ÚLTIMOS DOIS MANDATOS”**, apresentada pelos eleitos do Partido CHEGA. -----

-----Interveio o Senhor Hugo Mendonça, que disse o seguinte: “Em relação a esta moção, aqui, obviamente, que todos estamos presentes, promovemos a transparência, a transparência das contas, sejam elas do município, sejam elas dos próprios partidos. Nesse sentido, eu acredito que seja por desatenção ou pouco conhecimento, mas todos os anos, há mais de vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

anos, o município de Odemira tem as contas auditadas, certificadas por uma empresa de alta competência, conceituada nesta área, que é a BDO. Portanto, nesse sentido, é importante também não bastar parecer sério para se ser sério. As contas estão aqui, estão certificadas, e era isso que eu queria dizer em relação a este tema.” -----

----- Interveio o Senhor Pedro Teixeira, que disse o seguinte: “Isto foi uma proposta que fazia parte do nosso programa eleitoral. Já fomos questionados pelos munícipes: “Onde é que estão as nossas propostas, que não as fazemos cumprir” E daí estamos aqui a apresentar.” -----

----- Interveio o Senhor Hugo Mendonça, que disse o seguinte: “Eu compreendo perfeitamente. Também já fui abordado por alguns munícipes — para não dizer municípios — que me abordam, às vezes, na rua, perguntando de onde é que está também a mesma transparência, nomeadamente nas contas do Partido CHEGA em dois mil e dezanove, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, em relação aos donativos. Costumam abordar-me sobre isso, e eu digo “não sei”. Portanto, nesse mesmo sentido, queria deixar esta declaração.” -----

----- Interveio o Senho Pedro Teixeira, que disse o seguinte: “Senhor deputado, se não sabe, pode sempre apresentar aqui uma moção.” -----

----- Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra dos eleitos pelo Partido Socialista, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo de vinte minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Depois de verificado o quórum, nos termos do número dois do artigo vigésimo quarto do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o resumo dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho da Participação Cidadã e da Saúde: “Relativamente ao grupo da Saúde, já contactamos várias entidades a nível local, regional e até a nível nacional, que desenvolvem trabalhos nesta área. Este contacto é para podermos encontrar aqui uma estratégia comum entre o grupo de trabalho da Saúde e essas entidades, encontrar um caminho comum para que, pelo menos, contribuam para que os nossos municípios usufruam de melhores condições de saúde, tentar sanar alguns problemas, tentar prevenir outros. -----

-----Relativamente ao grupo de trabalho da Participação Cidadã — não sei se tiveram oportunidade de ver, se ainda não tiveram — peço que consultem. Nós já temos um plano de ação determinado para o mandato. O plano de ação não está fechado, portanto, são algumas ações que queremos ter, algumas pontuais e outras ao longo de todo o mandato. -----

-----Recomendo-vos que consultem essas ações e dizer-vos que, todas as ações são subordinadas a estes dois grandes temas: promover a literacia democrática através de vários instrumentos de aproximação da Assembleia Municipal às pessoas — temos esta linha — e criar ferramentas de educação para a democracia e instituições políticas, em articulação com as escolas. - -----

-----Finalizo esta pequena súmula congratulando-me com a forma como temos conseguido trabalhar com todas as forças partidárias, o entendimento, o entusiasmo e todos os resultados que conseguimos até agora. Espero, como já partilhei com o grupo de trabalho da Participação Cidadã, que está mais adiantado —, porque já fizemos um plano efetivo, partilho e reitero este meu desejo: que consigamos passar à prática tudo aquilo que conseguimos elaborar em teoria. Está tudo muito bem encaminhado e estou muito feliz com o que temos conseguido conquistar em conjunto.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Seguidamente, deu-se início ao tratamento dos assuntos constantes no Período da Ordem do Dia. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2026: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “9 - 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2026-----

----- Foi presente a informação n.º 1064-2026, datada de 12 de fevereiro de 2026, da Divisão Financeira e de Contratação Pública, a apresentar a 2ª Alteração Orçamental - 2026: 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta os seguintes valores: -----

----- Orçamento da Receita: -----

----- Inscrições/reforços: 13.359.597,38 € (treze milhões e trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e sete euros e trinta e oito cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 12.732.920,00 € (doze milhões setecentos e trinta e dois mil e novecentos e vinte euros); -----

----- Orçamento da Despesa: -----

----- Inscrições/reforços: 708.927,38 € (setecentos e oito mil e novecentos e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 82.250,00 € (oitenta e dois mil e duzentos e cinquenta euros).

----- Plano de Atividades Municipal: -----

----- Inscrições/reforços: 626.050,00€ (seiscentos e vinte e seis mil e cinquenta euros); -----

----- Diminuições/anulações: 253.750,00 € (duzentos e cinquenta e três mil setecentos e cinquenta euros). -----

----- Plano Plurianual de Investimentos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Inscrições/reforços: 77.000,00€ (setenta e sete mil euros); -----

-----Diminuições/anulações: 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros). -----

-----Em face do exposto, propõe-se para apreciação e deliberação, bem como, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a remessa do assunto à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, o voto contra do eleito pelo Partido CHEGA, e a abstenção do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, três votos contra dos eleitos pelo Partido CHEGA, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----Interveio a Senhora Sónia Domingos que em nome dos eleitos pelo Partido CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto verbal: “Os deputados municipais do CHEGA votam contra o Orçamento Retificativo apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odemira. -----

-----Este voto é coerente e consequente. Tendo o CHEGA votado contra o Orçamento Municipal para dois mil e vinte e seis, não poderia, por responsabilidade política e seriedade institucional, votar de forma diferente este orçamento retificativo, que não altera a orientação, a visão nem as prioridades desse mesmo documento. -----

-----Odemira precisa de um Orçamento de futuro: um orçamento que responda aos desafios reais do concelho, que prepare o território para o desenvolvimento económico, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

valorize quem trabalha e que projete soluções para os problemas estruturais que se acumulam há anos. -----

----- O que nos é apresentado pelo Partido Socialista – tanto no orçamento inicial como neste rectificativo – é a continuidade de uma política esgotada, sem ambição estratégica, sem rutura com os erros do passado e sem visão de longo prazo. -----

----- O voto contra do CHEGA é um voto de coerência, exigência e responsabilidade. Odemira não precisa de remendos orçamentais nem de gestão de curto prazo. Precisa de mudança, de visão e de futuro.”-----

----- **Ponto dois:** GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2026: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: - -----

----- “8 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2026 -----

----- Foi presente a informação n.º 1086-2026, datada de 12 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, na qual consta a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 -----

----- I – Enquadramento e Procedimentos Efetuados -----

----- Em cumprimento das orientações superiormente recebidas, apresenta-se em anexo o Mapa de Pessoal com as alterações propostas, elaborado de acordo com o disposto nos art.ºs 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----

----- No âmbito das Autarquias Locais, a presente Alteração está sujeita a autorização prévia do dirigente máximo do serviço e à submissão do assunto a deliberação do órgão executivo, sendo ainda a proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal submetida a aprovação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

órgão deliberativo municipal (n.º 2, art.º 3.º DL n.º 209/2009, de 3 de setembro). -----

-----1 Nova Estrutura Orgânica do Município de Odemira: -----

-----A nova Estrutura Orgânica do Município de Odemira foi publicada, através do Aviso n.º 616/2026/2, Série II de 12.01.2026 n.º 7 do DR com a reorganização das unidades orgânicas do Município de Odemira. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º, e nas competências previstas na alínea a) do artigo 7.º, bem como, o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23.10, na sua atual redação, torna-se público, que na reunião ordinária de 11 de dezembro de 2025, foi aprovada a Terceira Alteração à Estrutura Orgânica do Município de Odemira. -----

-----2. Caracterização dos Postos de Trabalho do Município de Odemira: -----

-----Cumprir informar ainda que a Caracterização dos Postos de Trabalho do Município de Odemira, que foi apresentada em anexo ao Mapa de Pessoal 2026 e aprovada com o Orçamento para 2026, encontra-se em fase de revisão para adequação à nova estrutura publicada a 12 de janeiro de 2026. Esta primeira alteração ao Mapa de Pessoal, a sua estrutura e postos de trabalho, estão adaptados à Nova Estrutura Orgânica do Município de Odemira. -----

-----2.1 Previsão de Encargos: -----

-----Em cumprimento do disposto no n.º 5 da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a previsão orçamental para suporte dos encargos financeiros decorrentes das situações apresentadas no quadro dos novos procedimentos concursais, por reservas de recrutamento ou pelo regime de mobilidade intercarreiras, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou determinado, foi remetida à DFCP para previsão dos encargos no orçamento municipal, conforme identificação no quadro anterior. -----

-----2.2 Publicitação: -----

-----Após a aprovação do órgão deliberativo municipal mediante proposta de aprovação do órgão executivo, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026 será afixada no edifício da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

DGRH e inserida na página eletrónica do Município. -----

----- no n.º 4 do art.º 30.º da LTFP. -----

----- II – Face ao exposto, propõe-se: -----

----- 1 - Aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2026 -----

----- Nestes termos, com base no teor da Informação e no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, em matéria de Gestão de Recursos Humanos e Mapas de Pessoal, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2026, deve, mediante proposta de aprovação do órgão executivo, ser aprovada pelo órgão deliberativo municipal, pelo que se submete o assunto à consideração superior. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e do eleito pelo Partido CHEGA; e a abstenção da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP e do eleito pela Coligação Democrática Unitária.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três:** ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DA ANTIGA MOAGEM DE SABÓIA – EDIFÍCIO A4: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-- -----

----- “18 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ANTIGA MOAGEM DE SABÓIA, EDIFÍCIO A4 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Foi presente a informação n.º 796-2026, datada de 03 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico, na qual consta que, no cumprimento do Despacho do Senhor Vereador Ricardo Cardoso datado de 21/01/2026, se propõe a abertura de Concurso Público, com vista à Concessão e Exploração do Edifício A4, sito na antiga Moagem de Sabóia, nos termos exarados no Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos. A concessão deste edifício destina-se a carpintaria e/ou oficina de conservação e restauro, pelo prazo de 5 anos, findo os quais será aberto novo concurso. A base da contrapartida financeira pelo acesso ao direito de Exploração é de 500,00€ e o valor da renda será o valor apresentado na proposta de contrapartida financeira, isento de IVA e exclui despesas de água e luz. -----

-----A supracitada informação propõe para elementos do Júri do concurso a Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, Vanessa Palma Almeida, que preside, o Oficial Público, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica, Paula Silva e a Técnica Superior Ângela Matos da Divisão de Desenvolvimento Económico, sendo membros suplentes a Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica, Fernanda Fernandes, que substitui a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, o Técnico Superior João Drummond de Barros, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica e o Técnico Superior Luis Gonçalves da Divisão de Desenvolvimento Económico. -----

-----Face ao exposto, propõe-se a aprovação: -----

-----1. Da abertura do Concurso Público nos termos exarados no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos anexos à supracitada informação, de acordo com a alínea qq) do n.º 1 do -----

-----artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 40º do CCP -Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- 2. A designação do júri conforme previsto no artigo 67º do CCP, na sua atual redação e a designação da Técnica Superior, Ângela Matos, como gestor de contrato conforme previsto no artigo 290-Aº, do mesmo Diploma e -----

----- proposto no ponto VII; -----

----- 3. Remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos e para efeitos previstos na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.” -----

----- Interveio o Senhor Arménio Simão, que referiu o seguinte: “Eu tenho a impressão, e corrijam-me se estiver enganado, de que está, de facto, ativo um contrato, por enquanto.-----

----- Aquilo que eu percebi da situação é que o espaço estava ocupado por alguém, tinha um contrato e que esse mesmo espaço estava na iminência de vir a ser intervencionado num futuro — não se sabe quando, mas, presumivelmente, seria a curto/médio prazo. -----

----- Então, eu pergunto: tendo em conta que há um contrato que está em vigor, por que não fazer um aditamento ao contrato ou a renovação desse contrato? E porquê? Estando alguém instalado num espaço que tem lá todo o seu equipamento montado, vai ser confrontado com um concurso público, o que é legítimo, mas está em causa essa questão e vai ter de concorrer, se quiser manter-se lá. Mas também é evidente que poderá estar exposto a haver propostas mais vantajosas, provavelmente por um período que também não será muito longo, e faria sentido um aditamento ao contrato ou a prorrogação do contrato, se tal fosse viável juridicamente, porque os contratos têm uma forma jurídica. Portanto, era esta a minha dúvida.” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que referiu que o contrato estava a terminar e que, por esse motivo, era necessário abrir novo concurso, uma vez que a forma jurídica era essa.-----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto quatro:** PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BICOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE BICOS – REFEIÇÕES ESCOLARES 2025/2026: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“10 - PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BICOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE BICOS - REFEIÇÕES ESCOLARES 2025/2026-----

-----Foi presente a informação n.º 8374-2025, datada de 22 de dezembro de 2025, proveniente da Divisão de Educação, na qual consta que a educação constitui uma atribuição dos municípios, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, competindo igualmente à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, conforme dispõe a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal. Nos termos da alínea u) do n.º 1 do referido artigo 33.º compete, ainda, à Câmara Municipal deliberar sobre a celebração de Protocolos de Colaboração com outras entidades públicas, nomeadamente com as Juntas de Freguesia. -----

-----O Protocolo de Colaboração a celebrar tem natureza temporária, destinando-se a vigorar entre janeiro e agosto de 2026, que corresponde aos 2.º e 3.º períodos do calendário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

letivo 2025/2026, e responderá às necessidades de funcionamento do serviço de fornecimento de refeições escolares aos alunos da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico de Bicos.

----- Consta ainda da supracitada informação, que se prevê uma despesa de 11.082,30€ (onze mil e oitenta e dois euros e trinta cêntimos), sendo 10.271,40€ (dez mil duzentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos) referentes ao custo das refeições escolares e 810,90€ (oitocentos e dez euros e noventa cêntimos) ao apoio ao transporte e acompanhamento das refeições (almoços); e ainda uma receita de 2.963,80€ (dois mil novecentos e sessenta e três euros e oitenta cêntimos) proveniente da comparticipação dos encarregados de educação. -----

----- Em face do exposto, propõe-se a aprovação: -----

----- 1. Da minuta do protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia de Bicos e remessa do assunto à Assembleia Municipal de Odemira, de acordo com a alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. Da atribuição de plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o Protocolo em representação do Município; -----

----- Propõe-se para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ODEMIRA: APROVAÇÃO DEFINITIVA:** Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----“34 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ODEMIRA: APROVAÇÃO DEFINITIVA-----

-----Foi presente a informação nº 562-2026, datada de 26 de janeiro de 2026, proveniente da Divisão de Cultura e Juventude, na qual consta que a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Odemira foi aprovada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 11 de setembro de 2025, e pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2025.-----

-----Consta ainda da supracitada informação que para cumprimento do disposto nos artigos 99.º, 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento foi publicado no Diário da República n.º 209/2025, Série II de 29 de outubro de 2025, bem como no site do Município de Odemira em www.cm-odemira.pt, e disponibilizado nos serviços de atendimento ao público da Câmara Municipal de Odemira, para consulta e recolha de sugestões. Findo o período de apreciação pública, não foi registado qualquer contributo ou sugestão.-----

-----Em face do exposto, propõe-se a aprovação definitiva da proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Odemira, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e do eleito pelo Partido CHEGA; e a abstenção da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.”-----

-----Declarou-se impedida não tendo participado na apreciação e votação a eleita pelo Partido Socialista, Ana Catarina Barata.-----

-----Interveio o Senhor Nuno Góis, que disse o seguinte: “Em relação à composição, está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

lá escrito “representantes de associações culturais”. De que forma é que eles vão ser designados, escolhidos ou selecionados?”-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que referiu que eram convocados todos os agentes e associações culturais inscritos no Registo Municipal dos Agentes Culturais (RMAC).-----

----- Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

----- Os eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP apresentaram uma Declaração de Voto Escrita, que seguidamente se transcreve: -----

----- “Os eleitos da AD optam pela abstenção, apresentando, contudo, a seguinte recomendação: -----

----- Sugere-se a criação de um relatório anual de acompanhamento dos trabalhos do Conselho Municipal da Cultura, que permita sistematizar, de forma estruturada, os contributos, propostas e resultados alcançados ao longo das respetivas sessões.-----

----- O referido relatório deverá identificar, de forma clara e transparente, as recomendações produzidas pelo Conselho, bem como indicar quais foram objeto de acolhimento e implementação pela Divisão de Cultura, contribuindo para uma adequada monitorização, avaliação e valorização do trabalho desenvolvido por este órgão consultivo.” ---

----- **Ponto seis:** 4ª ADENDA AO ANEXO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA D. ANA PACHECO PARA ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

RENDIMENTOS SOCIAL DE INSERÇÃO: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO

PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“27 - 4ª ADENDA AO ANEXO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA D. ANA PACHECO PARA ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTOS SOCIAL DE INSERÇÃO-----

-----Foi presente a informação nº 274-2026, datada de 13 de janeiro de 2026, proveniente da Divisão de Inovação Social na qual consta que, no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social, assumido pelo Município de Odemira no dia 01 de junho de 2022, as câmaras municipais podem celebrar protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional, determinado pela Portaria n.º 257/2017, de 27 de agosto, na sua redação atual e de acordo com o disposto no Artigo 25.º da Portaria n.º 65/2021, de 17 de março.-----

-----Considerando que:-----

----- Desde 01 de janeiro de 2023, o Município estabeleceu protocolo de colaboração com a Associação Humanitária de 3.ª Idade D. Ana Pacheco, com o objetivo de celebrar e acompanhar os beneficiários de RSI; -----

----- Os cálculos para o financiamento foram efetuados tendo em conta valores relativos ao ano 2025; -----

----- Houve, para o ano de 2026, o aumento do salário mínimo nacional, do subsídio de refeição no ano 2026, do salário de um técnico superior, a saída de um técnico e entrada de outro, gerou uma variação no vencimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Consta ainda da referida informação que há a necessidade de atualizar os valores envolvidos, ou seja, estava previsto um apoio financeiro anual de 121.351,80€ (111.151,80€ - vencimentos + 10.200,00€ - encargos mensais de funcionamento), e com os ajustes verificou-se uma diminuição dos valores em 1.152,84€, o que perfaz o valor total anual de 120.198,96€ (109.998,96€ - vencimentos + 10.200,00€ - encargos mensais de funcionamento), a ser pago mensalmente 10.016,58€ (9.166,58€ (vencimentos) + 850,00€ (encargos)); -----

----- Face ao atrás exposto, e de harmonia com a alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da 4ª adenda ao Anexo do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Humanitária de 3.ª Idade D. Ana Pacheco. -----

----- Mais se propõe, que sejam concedidos plenos poderes ao Sr. Presidente da Câmara para outorgar o documento em representação do Município de Odemira, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para aprovação do compromisso plurianual. -----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, e três abstenções dos eleitos pelo Partido CHEGA, e quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a Senhora Tânia Coelho, que em nome dos eleitos pelo partido CHEGA, apresentou a seguinte declaração de voto verbal: “Os deputados municipais do CHEGA optam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

pela abstenção na proposta de apoio a uma associação que desenvolve trabalho junto de cidadãos de Rendimento Social de Inserção (RSI).-----

-----Esta abstenção não é um voto contra a associação nem contra o apoio social em si. O CHEGA reconhece que existem cidadãos que verdadeiramente precisam deste apoio, por razões de fragilidade social, doença, incapacidade ou circunstâncias de vida particularmente difíceis. É por esses que não votamos contra. -----

-----No entanto, o CHEGA tem uma posição clara e firme: o RSI deve ser rigorosamente dirigido a quem dele necessita, com critérios exigentes, fiscalização efetiva e mecanismos que evitem abusos. Infelizmente, todos sabemos que o sistema tem falhas e que, muitas vezes, o apoio não chega apenas a quem dele faz um uso legítimo. -----

-----A ausência de garantias claras quanto ao acompanhamento, avaliação e responsabilização no âmbito deste apoio social impede-nos de votar favoravelmente. A solidariedade não pode significar permissividade, nem o apoio social pode transformar-se num incentivo à dependência permanente. -----

-----A nossa abstenção é, assim, um voto de equilíbrio e responsabilidade: apoio aos mais frágeis, exigência ao sistema e defesa de um modelo social justo, rigoroso e orientado para a dignidade do trabalho.” -----

-----**Ponto sete:** PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DO PROJETO CUI(DAR)+:

GABINETE DE APOIO AO CUIDADOR INFORMAL DO CONCELHO DE ODEMIRA:

AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

-----“26 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DO PROJETO CUI(DAR)+: GABINETE DE APOIO AO CUIDADOR INFORMAL DO CONCELHO DE ODEMIRA -----

-----Foi presente a informação nº 575-2026, datada de 26 de janeiro de 2026, proveniente da Divisão de Inovação Social, na qual consta que, o projeto Cui(DAR)+ surgiu no âmbito de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

uma candidatura da TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Crl, ao instrumento de financiamento “Parcerias para o impacto” da Portugal Inovação Social (Fundo para a Inovação Social), que contou com a parceria do Município de Odemira enquanto Investidor Social (30% do financiamento), onde, a meta contratualizada em sede de candidatura foi superada em 338%, a qual foi executada até outubro de 2021. -----

----- Terminado o financiamento da Portugal Inovação Social, o Município de Odemira financiou este projeto até 31 dezembro de 2022, no âmbito de um Protocolo de Colaboração celebrado entre a TAIPA, Crl, a ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE e o Centro Distrital de Beja do Instituto da Segurança Social, ISS, IP. -----

----- Consta ainda da referida informação que, face aos resultados e pertinência demonstrados neste período de execução do Cui(DAR)+, em 2023, os mesmos outorgantes assinaram novo protocolo dando continuidade a esta resposta, sendo o financiamento assegurado pelo Município de Odemira, até dezembro de 2025. -----

----- Considerando que: -----

----- - Desde o início do Projeto até dezembro de 2025, foram abrangidos 203 Cuidadores/as Informais, resultando em 9.854 atendimentos; -----

----- - Os beneficiários do Cui(DAR)+ haviam usufruído de 1346 horas de Ensinos Especializados ao domicílio e 481,5 horas de Descanso do Cuidador; -----

----- - Foram realizadas 14 ações de sensibilização, sendo que 11 sessões foram abertas à comunidade e 3 sessões em duas ERPI – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; -----

----- - O Concelho de Odemira apresenta um índice de envelhecimento elevado (208% em Odemira) o que, aliado ao gradual aumento da esperança média de vida (80,4 anos no Alentejo) leva, conseqüentemente, a um aumento exponencial dos graus de dependência das pessoas idosas e a um acréscimo da necessidade de cuidados nos últimos anos de vida por perda gradual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

ou súbita da sua autonomia e/ou motivos de doença crónica; -----

----- O Cui(DAR)+ é um projeto que permitiu a criação de um gabinete itinerante de apoio à pessoa cuidadora que recebe todos os meses uma média de 3 novas adesões por parte de cuidadores informais e acompanha, de forma contínua, 79 cuidadores informais, que revelam manifestamente a pertinência desta resposta face a uma necessidade crescente do apoio prestado pelo Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal de Odemira; -----

----- É visível o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo projeto ao longo dos seus 84 meses de existência por parte dos parceiros, existindo atualmente uma rede formal de trabalho particularmente próxima e constante com as respostas locais ao nível da ULSLA, nas suas mais diferentes valências através de uma interação semanal entre a equipa do projeto e as assistentes sociais, enfermeiros/as e médicos/as destas respostas e, mais recentemente com os serviços locais da Segurança Social, na componente de informação e encaminhamento social dos cuidadores informais; -----

----- Com o cessar deste financiamento, em dezembro de 2025, é urgente a necessidade de dar continuidade a este trabalho que promove o bem-estar físico, mental e social dos seus beneficiários, que sofrem de sobrecarga emocional, mental e física; -----

----- Todos os parceiros do projeto consideram que a continuidade desta resposta é uma mais-valia para o bem-estar social e psicológico dos cuidadores informais do Concelho de Odemira e suas famílias, sendo inegáveis os resultados e impactos positivos que o mesmo traz. -

-----Em face do exposto e de acordo com o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da Minuta de Protocolo de Colaboração do Projeto Cui(Dar)+ a celebrar entre o Município de Odemira, enquanto entidade financiadora, a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Crl, a ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE e o Centro Distrital de Beja do Instituto de Segurança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Social, ISS, IP, enquanto entidades não financiadoras, que disponibiliza uma verba de 228.751,87€ (duzentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta e um euros e oitenta e sete cêntimos), que será disponibilizada em duas fases: -----

----- -Em 2026 o valor a disponibilizar será de 113.427,30€ (cento e treze mil quatrocentos e vinte e sete euros e trinta cêntimos); -----

----- - Em 2027 o valor a disponibilizar será de 115.324,57€ (cento e quinze mil trezentos e vinte e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

----- Mais se propõe como sejam concedidos plenos poderes ao Sr. Presidente da Câmara para outorgar em nome do Município. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos e remessa à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual.-----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP; e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA” -----

----- Declarou-se impedida não tendo participado na apreciação e votação a eleita pelo Partido Socialista, Telma Guerreiro. -----

----- Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, e três abstenções dos eleitos pelo Partido CHEGA, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto oito:** PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E A APRODOC – ASSOCIAÇÃO PELO DOCUMENTÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO DOC’S KINGDOM – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

CINEMA DOCUMENTAL E PROGRAMAÇÃO CONTINUADA 2026-2029:

AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“38 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E A APORDOC - ASSOCIAÇÃO PELO DOCUMENTÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO DOC’S KINGDOM - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CINEMA DOCUMENTAL E PROGRAMAÇÃO CONTINUADA 2026-2029-----

-----Foi presente a informação n.º 3747-2026, datada de 4 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Cultura e Juventude, na qual consta a Minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a Apordoc – Associação pelo Documentário, para a realização do Seminário Internacional de Cinema Documental Doc’s Kingdom, em Odemira. -----

-----Consta ainda da supracitada informação que o Doc’s Kingdom – Seminário Internacional de Cinema Documental realiza-se em Odemira desde 2023, tendo celebrado o 25.º aniversário em 2025. Com um programa imersivo de filmes, debates, passeios, convívios e exposições, a programação do Doc’s Kingdom reúne em Odemira mais de uma centena de cinéfilos, entre realizadores, produtores, investigadores e estudantes, para viver e pensar o cinema. Desde 2025, uma programação continuada em parceria com instituições locais consolida esta ação, estendendo-a a uma diversidade de locais, contextos e públicos.-----

-----Em face do exposto propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a aprovação a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município de Odemira e a Apordoc – Associação pelo Documentário, para a realização do Seminário Internacional de Cinema Documental Doc’s Kingdom, em Odemira e programação continuada, para o quadriénio 2026-2029, cujo valor total importa em 100.000,00€ (cem mil euros), a atribuir de forma igualitária pelos anos económicos de 2026, 2027, 2028 e 2029, ou seja,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) por ano.-----

----- Propõe-se ainda que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o documento em representação do Município, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para aprovação do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção do eleito pelo Partido CHEGA, da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP e do eleito pela Coligação Democrática Unitária. Mais foi deliberado que os relatórios (intercalares e/ou finais) devem ser remetidos à Câmara Municipal para conhecimento.” -----

----- Declarou-se impedida não tendo participado na apreciação e votação a eleita pelo Partido Socialista, Ana Catarina Barata. -----

----- Não qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto nove:** PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA E A CACO – ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DO CONCELHO DE ODEMIRA, PARA VALORIZAÇÃO DO “SABER FAZER”:

AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “41 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE MUNICÍPIO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

ODEMIRA E A CACO – ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DO CONCELHO DE ODEMIRA,
PARA VALORIZAÇÃO DO "SABER FAZER" -----

-----Foi presente a informação n.º 1007-2026, datada de 10 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Cultura e Juventude, na qual consta a Minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira e a CACO – Associação de Artesãos do Concelho de Odemira, para valorização do saber fazer. -----

-----Consta ainda da supracitada informação que a construção da estratégia local do património cultural se materializa no desenvolvimento da Estratégia Municipal do Saber Fazer, enunciada no Plano Municipal de Cultura 2030, tendo como missão implementar dinâmicas concretas de preservação, promoção e educação, a funcionar em rede, abrangendo todo o território para transformar a produção artesanal num setor viável, sustentável e inclusivo, que contribui ativamente para o desenvolvimento social e económico do território, e que deve ser implementada ao longo desta década. -----

-----A informação supramencionada refere ainda que a caracterização do concelho de Odemira e o tecido cultural e artístico que se tem vindo a traduzir num aumento significativo das indústrias culturais e criativas com ação no território, aposta na valorização de estruturas de desenvolvimento de trabalho cultural como meio de inserção, fixação e desenvolvimento económico da população. -----

-----Da informação supramencionada consta ainda que a CACO – Associação de Artesãos do Concelho de Odemira desenvolve, desde 2021, um trabalho contínuo de valorização do Saber Fazer enquanto património cultural imaterial, assumindo um papel ativo na preservação de saberes tradicionais, no apoio aos artesãos locais e na dinamização cultural, social e económica do território, garantindo o acesso a práticas culturais e patrimoniais a públicos diversificados. A Associação assume-se como parceira estratégica local de elevada relevância na concretização do Plano Municipal de Cultura, desempenhando um papel essencial na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

execução de ações estruturantes e operacionais inscritas neste instrumento estratégico, nomeadamente na Estratégia Municipal do Saber Fazer. A sua intervenção incide de forma particularmente significativa no saber fazer local, no trabalho direto com os artesãos e na valorização da dimensão económica da cultura, contribuindo para o reforço da ligação entre património, criação artística e desenvolvimento local -----

----- Em face ao exposto propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração para a Valorização do Saber Fazer, para o quadriénio 2026-2029, a celebrar com a CACO – Associação de Artesãos do Concelho de Odemira, com um apoio financeiro no montante total de 200.000,00€ (duzentos mil euros), sendo que serão atribuídos 50.000,00€ (cinquenta mil euros) anuais. -----

----- Propõe-se ainda que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o documento em representação do Município, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para aprovação do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do eleito pelo Partido CHEGA. Mais foi deliberado que os relatórios (intercalares e/ou finais) devem ser remetidos à Câmara Municipal para conhecimento.” -----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis, que disse o seguinte: “Muito rapidamente e com todo o respeito que a CACO merece de todos nós — e merece mesmo —, o que nos faz um pouco de confusão aqui é que as várias entidades da área cultural e artística querem protocolar com a Câmara, não podem, porque existe o Programa Odemira Criativa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----A CACO acumula protocolos com o Programa Odemira Criativa, mas há aqui uma acumulação: tem protocolo com a Câmara, candidata-se ao Odemira Criativa nas várias vertentes, tem financiamentos nas várias vertentes do Odemira Criativa. Merece-nos muito respeito, não temos nada contra os protocolos, mas então que os protocolos sejam feitos, sejam assumidos e que englobem tudo. Não pode haver associações que estão no protocolo e, ao mesmo tempo, concorrem com as outras e ganham sempre esse concurso. Nesse sentido, parece pouco transparente; a CACO merecia melhor.”-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que informou que a CACO não iria acumular, porque iria desistir da candidatura.-----

-----Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, e três votos contra dos eleitos pelo Partido CHEGA, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a Senhora Tânia Coelho que, em nome dos eleitos pelo partido CHEGA, apresentaram a seguinte declaração de voto verbal: “Os deputados municipais do CHEGA votam contra as propostas de celebração de protocolos com associações culturais não por qualquer oposição às associações envolvidas, nem aos seus dirigentes ou ao trabalho cultural desenvolvido, mas sim pela forma como este processo foi conduzido pelo Presidente da Câmara e pela maioria do PS.-----

-----A cultura merece respeito, seriedade e transparência. No entanto, os protocolos apresentados carecem de critérios objetivos claramente definidos, de metas concretas a atingir e de instrumentos de avaliação que permitam aferir o impacto real dos projetos apoiados com dinheiros públicos. Apoiar sem exigir resultados mensuráveis é desvalorizar a própria cultura e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

falhar com os munícipes.-----

----- Acresce ainda a ausência de garantias claras quanto à neutralidade institucional, sendo essencial assegurar que o apoio municipal à cultura não é utilizado como instrumento ideológico ou político, direta ou indiretamente. -----

----- O voto contra do CHEGA é, por isso, um voto de exigência, responsabilidade e defesa do interesse público. O CHEGA continuará a apoiar a cultura que une, valoriza o concelho e serve a comunidade no seu conjunto, mas não pode concordar com processos opacos, pouco rigorosos ou politicamente orientados. -----

----- Os Deputados Municipais do CHEGA reafirmam, assim, a sua disponibilidade para aprovar futuros protocolos que respeitem princípios de transparência, avaliação, neutralidade e verdadeiro interesse público.”-----

----- Interveio o Senhor Miguel Monteiro, que referiu o seguinte: “Fazer uma interpelação à mesa, porque eu não percebi quais eram os processos opacos, portanto, isto é uma alegação, e eu gostava de perceber. Já há bocadinho, no ponto anterior, o CHEGA vem dizer que os apoios dados às associações não sabem bem para onde vão, agora vêm dizer que os protocolos não são transparentes e que não se percebe. Portanto, este discurso, muito populista e infundado, é preciso justificar claramente. Não é só fazer declarações de voto, porque senão ficamos todos aqui sem saber muito bem o que é que está a querer alegar.-----

----- Portanto, eu gostaria de pedir aos deputados do CHEGA — que estão de todo no seu direito de fazer as suas declarações de voto — que sustentem um bocadinho mais as alegações. Não podemos só vir aqui dizer que está tudo mal feito, que está errado, que foi obscuro e que os subsídios não são dados às pessoas certas. Só gostava de pedir, por favor, um bocadinho mais de consistência nestes valores, que digam quais são ou que apresentem à Assembleia, porque nós, com todo o gosto, queremos explorar, queremos fiscalizar. -----

----- Agora, estar constantemente a levantar suspeitas de coisas... eu fico preocupado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

como Odemirense, com o CHEGA a dizer que há aqui coisas que não estão a correr bem nos protocolos. Só queria perceber melhor.” -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, que disse o seguinte: “Só uma questão simples: o ponto oito, é também com uma associação cultural e, no entanto, o CHEGA nesse ponto, não votou contra, absteve-se e, portanto, é um protocolo exatamente com a mesma lógica e raciocínio com uma outra associação. Portanto, neste caso, aquilo que me parece é que o CHEGA gosta de uma associação e não gosta da outra, porque vota contra uma e não vota contra a outra. São os dois protocolos culturais, plurianuais, exatamente a mesma coisa. Portanto, era essa questão que também me suscitou dúvidas, mas parece que fica também esclarecida.” -----

----- Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso. -----

-----**Ponto dez: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O EMPODERAMENTO JUVENIL DO CONCELHO DE ODEMIRA 2026-2029: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL**: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“42 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O EMPODERAMENTO JUVENIL DO CONCELHO DE ODEMIRA 2026-2029-----

-----Foi presente a informação n.º 998-2026, datada de 10 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Cultura e Juventude, na qual consta a minuta do Protocolo de Colaboração para Implementação do Projeto “Colaboração para o Empoderamento Juvenil do Concelho de Odemira 2026-2029”, a celebrar entre o Município de Odemira e a GAIA Alentejo - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

----- Considerando que o Município de Odemira definiu como uma das suas prioridades o reforço do seu trabalho/intervenção na área das políticas de juventude, para o mandato autárquico “Odemira 2025-2029”. -----

----- Considerando que o Município de Odemira procurou configurar e organizar um projeto que reúna e estructure um conjunto de respostas às necessidades e aspirações específicas, da juventude no Concelho, surgindo deste modo o “Odemira Acredita em Ti”, que aponta para mecanismos de participação e para o estreitar de laços entre o município e os jovens do Concelho;-----

----- Considerando que o GAIA Alentejo atua como entidade de envio e de acolhimento do Corpo Europeu de Solidariedade (CES), desde o ano de 2002, e tem vindo a desenvolver um Centro de Aprendizagem Rural para jovens Odemirenses, que visa o desenvolvimento de competência relacionadas com a cooperação, a regeneração e a aprendizagem não formal. -----

----- Face ao exposto, propõe-se ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a aprovação do “Protocolo de Colaboração para o Empoderamento Juvenil do Concelho de Odemira 2026-2029”, a celebrar com o Gaia Alentejo - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental, cujo valor é de 140.000,00€ (cem e quarenta mil euros), para a implementação de atividades de empoderamento jovem no Concelho de Odemira. -----

----- Mais se propõe que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar a documentação em representação do Município de Odemira, bem como a remessa à Assembleia Municipal de Odemira por tratar-se de um protocolo Plurianual.-

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do eleito pelo Partido CHEGA. Mais foi deliberado que os relatórios (intercalares e/ou finais) devem ser remetidos à Câmara Municipal para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

conhecimento.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, e três votos contra dos eleitos pelo Partido CHEGA, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto onze:** PROGRAMA ODEMIRA CRIATIVA – EIXO II – MEDIDA 5 – PARCERIAS CULTURAIS: LISTA DEFINITIVA 2026/2027: AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“39 - PROGRAMA ODEMIRA CRIATIVA - EIXO II - MEDIDA 5 - PARCERIAS CULTURAIS: LISTA DEFINITIVA 2026/2027 -----

-----Foi Presente a informação n.º 974-2026, datada de 10 de fevereiro de 2026, proveniente da Divisão de Cultura e Juventude, na qual consta que na sequência da análise das candidaturas apresentadas à Medida 5 – Parcerias Culturais, do Eixo II, do Programa Odemira Criativa, a Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 23/12/2025, aprovou a lista provisória dos apoios a atribuir para o ano de 2026/2027, a qual posteriormente foi publicitada através do Aviso n.º 002/2026, para efeitos de reclamação.-----

-----Consta ainda da informação supracitada que, no decorrer do período de audiência prévia, a Associação Terra Batida e a Cais - Coletivo artístico de intervenção social, apresentaram reclamações à lista provisória dos apoios a atribuir. A Associação Terra Batida, para além de contestar os resultados, solicitou que a candidatura não fosse considerada plurianual, de forma de concorrem a outros apoios em 2027. Analisadas as reclamações e reanalisadas as candidaturas o júri entendeu, face aos argumentos apresentados, que é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

atender a reclamação apresentada pela Associação Terra Batida tendo em conta a sua relevância no campo das artes relativamente à programação cultural para 2026, e bem assim não considerar o valor previsto para 2027. Quanto à reclamação apresentada pela Cais o júri entende que a candidatura não reúne elementos suficientes que permitam uma análise, pelo que manteve a decisão de exclusão. -----

----- A informação supramencionada refere ainda que, por lapso, na soma dos valores relativos ao investimento, estes não foram devidamente espelhados na lista provisória. Face ao novo cálculo e à análise das reclamações resultou a lista definitiva anexa à referida informação.

----- Em face do exposto propõe-se, de harmonia com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o Regulamento do Programa Odemira Criativa, a aprovação da lista definitiva dos apoios a conceder no âmbito da Medida 5 – Parcerias Culturais, do Eixo II do Programa Odemira Criativa, para o ano de 2026/2027, a qual importa em 425.374,80 € (quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e setenta e quatro euros e oitenta centésimos) distribuídos da seguinte forma: -----

----- - 273.266,10 € (duzentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e seis euros e dez centésimos) para 2026, sendo 260.666,10€ (duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e seis euros e dez centésimos) para apoio a atividades culturais e artísticas e 12.600,00€ (doze mil e seiscentos euros) para investimento/ aquisição de equipamentos; -----

----- - 152.108,70€ (cento e cinquenta e dois mil, cento e oito euros e setenta centésimos) para 2027, sendo 148.430,70€ (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta euros e setenta centésimos) para apoio a atividades culturais e artísticas e 4.475,00€ (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco euros) para investimento/ aquisição de equipamentos; -----

----- Propõe-se ainda, tendo em conta a previsão de assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a remessa à Assembleia Municipal, para autorização do compromisso plurianual. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Mais se propõe a aprovação da minuta do Protocolo de Cooperação no âmbito da Medida 5 - Parcerias Culturais do Programa Odemira Criativa, a celebrar com cada uma das entidades que constam no quadro anexo à supracitada informação, bem como, que sejam concedidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar os documentos em nome do Município.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

-----Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, do eleito pela Coligação Democrática Unitária e do eleito pelo Partido CHEGA; e a abstenção da eleita pela AD - Coligação PSD/CDS-PP.” -----

-----Declarou-se impedido não tendo participado na apreciação e votação o eleito pela Coligação Democrática Unitária, Nuno Góis. -----

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três abstenções dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto doze:** NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODEMIRA: MANDATO 2025-2029: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“1 - NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODEMIRA: MANDATO 2025-2029 -----

-----Foi presente a informação nº 638-2026, datada de 27/01/2026, proveniente do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica, na qual consta que a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação veio concretizar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como regula ainda o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação. -----

----- Os Conselhos Municipais de Educação são uma instancia de consulta, “que tem como objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”, de acordo com o definido no artigo 55.º do referido Decreto-Lei, e as suas competências definidas no artigo 56.º. -----

----- Os Conselhos Municipais de Educação são nomeados por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal, de acordo com o definido no artigo 58.º do diploma anteriormente referido. -----

----- Assim, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e de harmonia com o disposto nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e das alíneas a) a p) do n.º 2 do artigo 57.º, propõe-se a criação do Conselho Municipal de Educação de Odemira para o mandato 2025-2029, com a composição constante no quadro anexo à referida informação, faltando ainda a indicação do Representante das Instituições do Ensino Superior Público, o Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público, o Representante do Conselho Pedagógico Agrupamento de Escolas de Odemira, o Representante do Conselho Pedagógico Agrupamento de Escolas de São Teotónio, o Representante do Conselho Pedagógico Colégio Nossa Senhora da Graça, o Representante das Associações de Estudantes, o Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude e o Representante do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Em face do disposto, na alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se para apreciação e deliberação, bem como a remessa à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos senhores deputados municipais, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto treze:** ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

ODEMIRA: Foi presente o ofício datado de treze de fevereiro do presente ano, enviado pelo Chefe da Divisão de Desporto e Saúde do Município de Odemira, a solicitar a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a composição do Conselho Municipal de Saúde de Odemira. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou a indicação de propostas para a eleição em causa. -----

-----Os eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma proposta verbal, indicando a Senhora Cláudia Loução, Presidente da Junta da Freguesia de Relíquias, para a presente eleição. - -----

-----Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram uma proposta verbal, indicando o Senhor Fernando Silva, Presidente da Junta de Colos, para a eleição em causa. -----

-----Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo quinquagésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo-se apurado o seguinte resultado: número de votantes trinta e quatro; três votos branco; três votos nulos; P.S. dezanove votos; CDU nove votos. Foi aprovada por maioria relativa, a proposta apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, tendo sido designada a Senhora Cláudia Loução, Presidente da Junta da Freguesia de Relíquias, para integrar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

composição do Conselho Municipal de Saúde de Odemira. -----

----- **Ponto dez:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Foi presente o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período entre um de outubro a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

----- Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três votos a favor dos eleitos pelo Partido CHEGA, e três votos a favor dos eleitos pela AD – Coligação PSD/CDS-PP, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram zero horas e trinta e três minutos do dia vinte e sete de fevereiro do corrente ano. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----